

É fundamental (mais) articulação entre a Saúde e a Ação Social

Mensal | Novembro 2023 |
Preço: 1 euro | 2.ª Série | N.º 295



XVI FESTA DA SOLIDARIEDADE

Distrito de Portalegre celebrou o espírito solidário das IPSS



CONSELHO GERAL

Compromisso de Cooperação 2023/24 em ponto morto

BÁRBARA BARROS, BANCO ALIMENTAR DO PORTO

A nossa missão é a luta contra o desperdício



CONTRATAÇÃO DAS AMAS DAS CRECHES FAMILIARES

CNIS em negociações com sindicatos

Aprovação por dermatologistas

A GAMA PROFISSIONAL ADAPTADA A CADA PACIENTE

- ✓ iD oferece conforto e segurança
- ✓ 100% respirável para preservar a integridade da pele
- ✓ Tem um sistema de controle de odores

NORDHigiene
Produtor de Higiene e Segurança



Eugénio Fonseca



A resposta das IPSS às alterações climáticas

No princípio do próximo mês de dezembro, no Dubai, realiza-se mais uma Conferência da Convenção-Quadro sobre as Alterações Climáticas, conhecida como COP28. Muito se espera desta Conferência, até porque as Nações Unidas já reconheceram que os objetivos definidos, em 2015, e os resultados, até agora, alcançados são decepcionantes. A meta é o ano de 2030 e, ainda, só foram cumpridos 15% dos objetivos delineados. Este problema é muito grave, pois não se conseguem controlar as emissões que causam o aquecimento global e provocam as nefastas alterações climáticas, facto que está a comprometer a nossa existência à face da terra. Os sinais são já evidentes com a indefinição climática das estações do ano, a ocorrência de prejudiciais fenómenos naturais que têm posto em causa muitas vidas e patrimónios. Quando esses desastres, como tufões, cheias, ciclones, enxurradas... acontecem, são sempre os mais pobres altamente prejudicados.

Preocupado com o futuro do Planeta, como sempre o tem demonstrado, mas fazendo-o de uma forma mais sistematizada com a publicação, em maio de 2015, com a célebre carta encíclica *Laudato Si'*, vem, agora, o Papa Francisco, antecipando-se à Conferência, atrás referida, oferecer-nos uma exortação apostólica a que deu o nome de *Laudate Deum* (Louvai a Deus) na qual expressa a sua opinião sobre a gravíssima crise climática. Apesar de se tratar de um documento escrito por um Papa, a sua mensagem é dirigida a todas as pessoas de boa vontade. Quer dizer, a quem já está consciente dos riscos que a humanidade corre e uma oportunidade para os que ainda não o estão, possam sentir o dever da não indiferença.

Assim, o primeiro convite que deixo a todos os dirigentes, diretores ou coordenadores técnicos e demais trabalhadores das nossas IPSS é que leiam este pequeno texto. Seria muito interessante que essa leitura fosse mesmo feita por grupos e comentada entre os seus elementos,

assumindo compromissos concretos a nível pessoal e coletivo, a começar pela instituição. Não seria descabido, promover mesmo reuniões com os pais das crianças e jovens ou familiares de outros utentes dos diferentes equipamentos sociais para os consciencializarem de que o Planeta está em perigo e que, quem nele habita agora, tem responsabilidades quanto ao futuro das gerações futuras.

Francisco é muito claro e contundente na constatação do trágico fim que teremos, se nada fizermos, desde já, ao escrever o seguinte: *«Por muito que se tente negá-los, escondê-los, dissimulá-los, ou relativizá-los, os sinais da mudança climática impõem-se-nos de forma cada vez mais evidente. Ninguém pode ignorar que nos últimos anos, temos assistido a fenómenos extremos, a períodos frequentes de calor anormal, seca e outros gemidos da Terra que são apenas algumas expressões palpáveis duma doença silenciosa que nos afeta a todos. É verdade que nem todas as catástrofes se podem atribuir à alteração climática global. Mas é possível verificar que certas mudanças climáticas, induzidas pelo homem, aumentam significativamente a probabilidade de fenómenos extremos mais frequentes e mais intensos.»*¹ Mesmo antes de chamar a nossa atenção para «os gemidos da terra», o Papa refere o mal que este gravíssimo flagelo tem na vida dos, socioeconomicamente, mais vulneráveis, seja a nível habitacional, do trabalho, da saúde, sem esquecer os migrantes e refugiados.

Sei que já muitas IPSS investiram na criação de condições em ordem à rentabilização climática dentro das mesmas, bem como na instalação de aparelhos, lâmpadas, veículos que permitem uma maior poupança energética. Deveria ser um imperativo para cada instituição, devidamente apoiada com recursos financeiros do Estado e sem burocracias paralisantes, a imediata adaptação dos espaços em que possa haver mais desperdício energético ou

ainda a utilização de equipamentos que emitem níveis de poluição dispensáveis. Já não é possível que em alguma das nossas IPSS não se tenha a preocupação básica pela separação dos resíduos, a opção pela reciclagem ou mesmo o incremento da economia circular. Estes são fatores que podem contribuir, com algum significado, para a sustentabilidade das nossas instituições. Todavia, já me parece mais difícil que, em determinados agregados familiares, estes costumes, pelo menos o da separação de resíduos, seja uma boa prática. Por isso, há uma responsabilidade acrescida das Educadoras de Infância, Sociais ou Familiares, das Assistentes Sociais, das Animadoras Socioculturais, em conjunto com as demais colaboradoras, de darem asas à sua criatividade, de modo a incentivarem à utilização destas boas práticas.

Não tenhamos dúvidas de que este monstruoso problema só se resolve quando os responsáveis das Nações, os tais que se hão-de reunir no Dubai, assumirem os compromissos, que sabem já quais são, e os cumprirem na verdade. Todavia, nenhum cidadão do mundo está dispensado de dar a sua parte no local onde vive e de chamar a si as responsabilidades que lhe são acometidas e intransmissíveis. É isso mesmo que nos aconselha o Papa Francisco: *«Os esforços das famílias para poluir menos, reduzir os esbanjamentos, consumir de forma sensata estão a criar uma nova cultura. O simples facto de mudar os hábitos pessoais, familiares e comunitários alimenta a preocupação pelas responsabilidades não cumpridas pelos setores políticos e a indignação contra o desinteresse dos poderosos. Note-se, pois, que, mesmo se isto não produzir imediatamente um efeito muito relevante do ponto de vista quantitativo, contribui para realizar grandes processos de transformação que agem a partir do nível profundo da sociedade.»*²

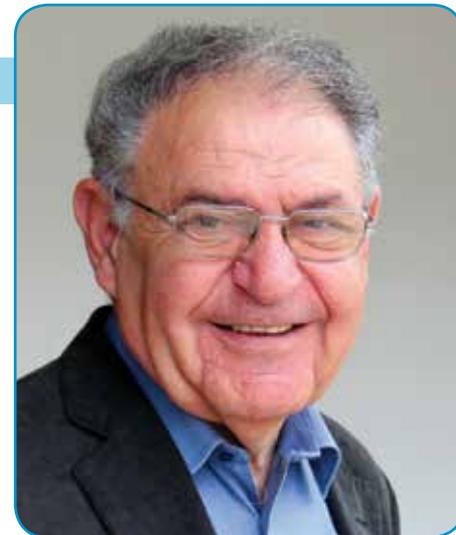
Então, que cada um faça a sua parte e, reitero o pedido inicial, não deixem de ler a *Laudate Deum*.

¹ [Cf. FRANCISCO, Exortação Apostólica *Laudate Deum* (4 de outubro de 2023), Prior Velho: Editora Paulinas, 2023, 5.].

² [*Ibidem*, 71.].

EDITORIAL

Padre Lino Maia - Presidente da CNIS



COMPLEMENTARIDADE ENTRE AS ÁREAS DA SAÚDE E AÇÃO SOCIAL NAS RESPOSTAS SOCIAIS DE ACOLHIMENTO

Conclusões do Seminário

Com momentos repletos de experiências e realidades distintas que deu voz às Instituições, o seminário abriu espaço à reflexão, avançou com a clarificação de conceitos e a identificação de sucessos, dificuldades e perspectivas a concretizar:

- Cuidar é dar atenção e preocuparmo-nos. Esta é, muitas vezes, a sua necessidade. Atenção. As pessoas sentem falta de atenção. Para cuidar é preciso dar atenção e para dar atenção é preciso tempo. Cuidar é amor. Temos de estar, ver e ouvir;

- Às pessoas, possuidoras de direitos, devem ser garantidos: cuidados contínuos, dinâmicos e integrados que devem ser prestados de forma holística à pessoa cuidada, respondendo às suas diferentes necessidades sem espartilho de cada uma delas. Os cuidados são preventivos, integrados, dinâmicos e contínuos ao longo da vida;

- Os cuidados prestados nas respostas sociais de acolhimento não são pré-estabelecidos: são definidos através de uma avaliação prévia multidimensional, identificando as necessidades, potencialidades, capacidades e limitações de cada pessoa cuidada. É necessário reconhecer e desenvolver/preservar essas mesmas capacidades, considerando a pessoa cuidada como um ser biopsicossocial;

- A definição de saúde é um estado completo de bem-estar físico e social. Não há saúde sem uma componente de bem-estar social;

- É vital a existência de uma intervenção multidisciplinar para que haja uma continuidade de cuidados em todas as áreas de intervenção. A articulação entre cuidados de saúde e de apoio social tem de ser efetiva, devendo, todas as estruturas assegurar a continuidade e integração de cuidados sob pena de se continuar a duplicar esforços e a desperdiçar recursos. A partilha da informação é essencial para que as equipas possam trabalhar;

- A duplicação só deixará de acontecer quando a informação de cada um, que é da pessoa, estiver acessível a qualquer profissional de saúde independentemente do local do país onde se encontrar. Dentro do próprio hospital público verifica-se muitas vezes falta de acesso à informação sobre a pessoa que existe dentro desse mesmo hospital;

- A abordagem individualizada multi e interdisciplinar, atendendo e respondendo de forma diferenciada a cada uma das pessoas, exige uma equipa multi e interdisciplinar que permita, de forma integrada e contínua, satisfazer as necessidades e expectativas das pessoas ao longo de toda a vida, com um foco no reconhecimento e desenvolvimento das suas capacidades individuais. Todas as equipas (técnica e de apoio) são fundamentais para a concretização diária destes cuidados e devem ser valorizadas, sendo imprescindível a sua formação contínua e a garantia da comunicação entre os elementos da equipa, bem como entre esta equipa que cuida, a pessoa cuidada e as famílias;

- As respostas sociais de acolhimento não estão legalmente obrigadas a terem profissionais de saúde (médicos e de enfermagem) nos seus quadros de pessoal – à exceção das estruturas residenciais para pessoas idosas que têm de ter pessoal de enfermagem – e é esta não obrigatoriedade que exige que as pessoas cuidadas de todas as respostas sociais de acolhimento tenham de ser consideradas como beneficiárias do Serviço Nacional de Saúde, à semelhança de qualquer outro cidadão, estando integradas na rede local de cuidados de saúde à qual têm de ter acesso;

- A prestação de cuidados continuados e integrados de saúde e ação social não é uma característica exclusiva da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, mas igualmente de todas as respostas sociais;

- A continuidade de cuidados tem de ser garantida, na perspectiva das próprias instituições considerarem a cada momento, o encaminhamento para a resposta mais adequada para a pessoa cuidada;

- Deve prevalecer o princípio da proximidade na prestação de cuidados, garantindo que no terreno, independentemente da origem da pessoa cuidada, a prestação de cuidados é assegurada no local onde se encontra;

- Um particular destaque à área da saúde mental, que, pela sua necessidade de discussão emergente e urgente, merece uma particular referência e premência neste elenco de dificuldades;

- A complementaridade entre a Saúde e a Ação social é indispensável pela necessidade de uma intervenção holística, centrada nas necessidades da pessoa como um todo, no entanto a sua concretização é difícil. Ou não é concretizada ou é parcialmente concretizada e de forma diferenciada. Não há estratégias de complementaridade, entre as áreas da Saúde e da Ação social, estruturalmente definidas. A complementaridade que existe é na maioria dos casos possível graças ao estabelecimento de relações particulares e de proximidade que, perante a mudança de pessoas, pode, igualmente, ficar comprometida;

- A complementaridade estrutural das áreas é indispensável para permitir a melhoria da prestação de cuidados, mas, do mesmo modo, a melhoria da eficácia e eficiência dos sistemas sociais e de saúde;

- Complementaridade é aquilo que se completa. Os 3 pilares: Público, Social e Privado não se podem sobrepor, mas antes completar, complementando-se e terminando com o desperdício de recursos, sendo imprescindível, para tal, a colaboração interinstitucional;

- É necessário que a intervenção das entidades públicas seja programada, planeada, integrada e articulada para resolver os problemas, pensar e fazer diferente. Há um caminho grande a percorrer e é em conjunto e só em conjunto – Instituições,

Saúde e Segurança Social – que haverá capacidade para fazer mais, melhor e resolver os problemas das pessoas;

- Há, no entanto, uma responsabilidade que deve ser assumida pelo Setor Social e Solidário, a necessidade de se dar a conhecer, de permitir às entidades e profissionais que atuam na área da Saúde saberem exatamente qual o seu papel e em que consistem as respostas sociais que são desenvolvidas – e é este, também, o objetivo deste seminário;

- O Setor Social e Solidário não pode ser considerado com um recetor passivo das situações que afligem os setores públicos da Saúde e da Segurança Social, mas deve ter um papel ativo na identificação das necessidades, de verdadeiro e efetivo parceiro na concretização das soluções, sendo parte integrante da tomada de decisão e não apenas cumprida a formalidade legalmente estabelecida de ser ouvido. Por outro lado, este envolvimento, esta participação ativa e este reconhecimento é essencial que ocorra, igualmente, junto de cada uma das Instituições Particulares de Solidariedade Social nos momentos de responder às necessidades e pressões que são sentidas nestas e por estas áreas. As Instituições são parceiras na resposta às necessidades, pelo que terão sempre de ser ouvidas e consideradas para a tomada de decisão e não, simplesmente, executoras e recetoras passivas;

- As Instituições Particulares de Solidariedade Social devem afirmar a sua capacidade técnica e operacional, serem uma solução efetiva e parceira com as áreas da Saúde e da Segurança Social com o objetivo comum de dar melhor qualidade de vida às pessoas;

- Foram aqui deixados um conjunto de pedidos e propostas concretas que, sendo implementadas, permitiriam melhorar o dia a dia das instituições e o bem-estar e qualidade de vida das pessoas cuidadas;

- Este Seminário deixa, como grande desafio para o futuro, a definição/celebração de um compromisso escrito entre Saúde, Segurança Social e Setor Social e Solidário que assuma formalmente a necessidade de concretização desta complementaridade e que seja vertido na definição de procedimentos operacionais de articulação entre os serviços da Saúde, Segurança Social e das Instituições. Estes procedimentos estruturais devem ser disseminados e conhecidos por todas as estruturas locais, de cada uma destas entidades, no sentido de garantir a existência de uma uniformidade na assunção de responsabilidades que se traduza na melhoria da prestação de cuidados concretizando a garantia do acesso.

CONSELHO GERAL DA CNIS

Compromisso de Cooperação 2023-2024? Não há nada!

O Conselho Geral da CNIS reuniu em Fátima, tendo a Direção dado conta aos conselheiros do desenvolvimento de algumas matérias relacionadas com a vida das instituições e ainda do balanço final da XVI Festa da Solidariedade – Portalegre 2023 e do Seminário «Complementaridade entre as áreas da Saúde e da Ação Social nas Respostas Sociais de Acolhimento», que decorreu em Coimbra.

Uma matéria que preocupa sempre as IPSS é a cooperação com o Estado. Sobre esta questão, e estando o ano de 2023 a acabar e nenhuma reunião agendada, o presidente da CNIS foi curto e objetivo: “Sobre o Compromisso de Cooperação para o Sector Social Solidário 2023-2024 não há nada. Houve o Memorando, mas não há mais nada!”.

O padre Lino Maia lembrou que “a CNIS enviou ao governo, em novembro do ano passado, um modelo de compromisso, mas ainda não há nada” e acrescentou: “Para já o que sabemos é que em janeiro atualiza o salário mínimo nacional, mas sobre a atualização dos acordos de cooperação não há nada”.

Ainda sobre as relações com o governo, o líder da CNIS informou os conselheiros que tinha recebido uma mensagem a confirmar a assinatura de uma portaria sobre a resposta social de ERPI.

“A primeira versão da Portaria foi recusada pela CNIS, tendo enviado um parecer ao governo, no que foi acompanhada pela União das Misericórdias, que ainda acrescentou mais situações ao parecer. Porém, fui agora informado da assinatura da nova Portaria, a qual desconhecemos”, lamentou.

Sem qualquer novidade quanto à cooperação, os conselheiros debateram outras questões, tendo-lhes sido apresentadas as propostas da Direção para o Programa de Ação e para o Orçamento para 2024, que serão colocadas à votação na Assembleia Geral agendada para o próximo dia 25 de novembro.

Quanto às iniciativas a desenvolver pela CNIS no próximo ano, o Programa é vasto, ficando aqui algumas das ações previstas.

No sentido de “garantir e afirmar a identidade e autonomia das IPSS, assim como os valores que orientam a sua ação” serão celebrados o Dia da CNIS, a 15 janeiro, e o 50º aniversário do 25 de Abril. Será ainda promovida a realização da Chama e da XVII Festa da Solidariedade, para além da organização de Conferências, Debates e Encontros sobre Tutela, Identidade, Autonomia das IPSS.

No que toca a uma bandeira que a CNIS tem levantado, ou seja, “a afirmação da Proteção Social como um direito constitucional”, a Confederação pretende acompanhar de perto o processo de revisão constitucional junto dos partidos políticos com assento parlamentar.

Já noutro eixo estratégico, no sentido de “promover/organizar ações de formação para



dirigentes e equipas de trabalhadores das IPSS”, a CNIS vai dar continuidade à parceria com o IEFP para realização de ações de formação dos trabalhadores das IPSS, promover a realização de ação de formação para dirigentes através de candidatura ao Programa Pessoas 2030, em parceria com o CoLabor, e ainda de ações de formação-ação para trabalhadores e dirigentes das IPSS através de candidatura ao Programa Pessoas 2030.

A CNIS vai ainda organizar debates/conferências sobre temas relevantes para a intervenção das IPSS, uma conferência sobre «Vivências da sexualidade, afetos e relacionamentos sociais das pessoas mais velhas e pessoas com deficiência» e debates sobre «Respostas sociais integradas na comunidade para pessoas com doença mental», entre outros.

Sobre matéria de cooperação e no sentido de alcançar o “cumprimento do Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, nomeadamente com a integração plena dos domínios da Educação e da Saúde”, a CNIS pretende fazer o acompanhamento do cumprimento do Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social e aflorar as questões em torno das participações financeiras, com cálculo dos custos médios e técnicos das diferentes respostas sociais, nas áreas da Ação Social, Educação e Saúde.

Já o Orçamento para 2024, apresentado pelo padre José Baptista, tesoureiro da CNIS, contém custos no valor de 1.053.988 euros e receitas de 1.082.113 euros, o que em números redondos dá um resultado líquido positivo de 28.125 euros.

Lançado a debate foi, mais uma vez, a questão da quotização, que gerou algumas discordâncias entre os conselheiros, ficando, para já, acertado que haverá um aumento da quota das IPSS para



a CNIS. Na reunião não ficou acertado o valor do aumento, apenas que será sempre gradativo até chegar a um valor que seja ajustado às despesas que a CNIS tem. Por outro lado, vai ser elaborado um regulamento de quotas, tudo a ser aprovado em Assembleia Geral Extraordinária.

Outro assunto em cima da mesa foi a questão da contratação das amas, tendo sido os conselheiros informados que estão a decorrer negociações com a frente sindical que mais amas tem filiadas.

Já sobre a XVI Festa da Solidariedade e o Seminário de Coimbra, o balanço da Direção, nos dois casos, “é muito positivo”.

A reunião terminou com um minuto de silêncio em honra de Graça Frade, presidente da Casa de Infância e Juventude de Castelo Branco, que esta semana faleceu vítima de doença súbita.

E porque no próximo dia 25 de novembro há Assembleia Geral, no Hotel Cinquentenário, em Fátima, o padre Lino Maia deixou um apelo: “Insistamos com as nossas instituições para estarem presentes nas Assembleias Gerais”.

XVI FESTA E CHAMA DA SOLIDARIEDADE – PORTALEGRE 2023

Seis dias de “alegria, amor e reflexão, agora é tempo de união”

Depois da Chama ter percorrido, ao longo de cinco dias, todos os 15 concelhos do distrito de Portalegre, foi no auditório dos Paços do Concelho da capital de distrito que se realizou a XVI Festa da Solidariedade, culminando em festa seis dias “de alegria, amor e reflexão”.

A XVI Festa da Solidariedade reuniu em Portalegre não só muitos representantes de diversas instituições do distrito, entre utentes, dirigentes e trabalhadores, mas também muitas das entidades oficiais da cidade, tal como vários autarcas, dirigentes da CNIS e ainda a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, que acabou por ser a estrela da animação da Festa ao juntar-se em palco ao Grupo de Cante Os Lagóias para com ele entoar uma canção.

Mas antes da parte de animação musical, foi tempo do momento mais institucional da Festa da Solidariedade, com as intervenções de diversos atores do Sector Social Solidário presentes.

“A viagem da Chama pelos 15 concelhos do distrito de Portalegre foram dias de alegria, amor e reflexão, agora é tempo de união”, começou por dizer João Carlos Laranjo, presidente da UDIPSS Portalegre, que acrescentou: “Esta é a festa de todos aqueles que lutam pelos outros, os mais desfavorecidos. E isto é possível porque somos muitos os que acreditamos”.

Para João Carlos Laranjo, “as justificadas reivindicações das IPSS serão ouvidas”, rematando: “Temos de agir mantendo a Chama do nosso espírito solidário acesa”.

Por seu turno, o presidente da CNIS, depois de agradecer a presença de todos, em especial da ministra Ana Mendes Godinho e dos autarcas do distrito e ainda ao vice-presidente da CNIS, Eleutério Alves, “pelo empenho que sempre coloca na realização da Festa da Solidariedade”, citou o Papa Francisco: “Todos, todos, todos estamos interessados no mesmo, o bem das pessoas”.

De seguida, o padre Lino Maia referiu alguns dos desafios que as IPSS e os demais agentes da solidariedade social têm pela frente.

“As IPSS têm de cumprir a sua missão, que é cuidar dos mais desfavorecidos, mas alguns constrangimentos podem levar os dirigentes por outras vias, mas assim as instituições perdem a sua razão de ser”, alertou, referindo-se de seguida aos trabalhadores: “Os nossos trabalhadores precisam que se encontre uma forma de compensar melhor o seu esforço, porque é, especialmente, duro o trabalho com idosos e deficientes. Depois, substituí-los também não é fácil, porque vai escasseando a mão-de-obra e as instituições precisam de gente jovem”.

“A razão de ser das instituições são os utentes. O ideal era que não precisássemos das IPSS, mas, infelizmente, não é assim, por isso temos que vencer os constrangimentos”, afirmou o padre Lino Maia, que deixou o desafio para que os utentes sejam mais envolvidos na vida das instituições: “Para



além do trabalho das IPSS, Estado e autarquias, os utentes têm de ser agentes ativos nas nossas instituições. Os utentes têm de ser pessoas interessadas na vida das instituições”.

Depois da “gratidão e envolvimento”, o líder da CNIS quis deixar uma “palavra de confiança”: “Nas instituições não há desistentes, há resilientes muito empenhados na resolução dos problemas”.

Por seu lado a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social começou a sua intervenção pedindo “uma salva de palmas para as 300 mil pessoas que trabalham nas instituições, que mantêm viva esta Chama da Solidariedade”.

Referindo-se à proposta de Orçamento do Estado para 2024, que foi entregue na passada semana na Assembleia da República, Ana Mendes Godinho disse que o documento “é de orgulho coletivo, pois é o maior orçamento estrutural e permanente para a área social”, lembrando ainda os já protocolizados “dois mil milhões de euros para o Sector Social Solidário”.

“Este é um trabalho permanente e de proximidade entre nós todos”, referindo-se ao Governo, IPSS e autarquias, apontando três ensinamentos que os últimos anos têm dado a todos: “A primeira lição é de que temos de trabalhar em parceria; a segunda, é que podemos fazer melhor do que fazíamos; e, a terceira, é que os apoios sociais são essenciais para ajudar as pessoas”.

Nesse sentido, a governante revelou que no próximo dia 17, “vai ser apresentado o plano de ação para o período 2022-2025 da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza, não avançando pormenores: “No dia 17 é que será mesmo apresentado e

nesse dia será divulgado exatamente o que consta do plano até 2025, seja o detalhe das várias medidas, muitas das medidas, aliás, são medidas que já iniciaram em 2022”.

Depois, a ministra ainda enumerou alguns dos próximos avisos a serem lançados, como o SAD 4.0, a reabilitação de casas para que as pessoas não tenham que ser institucionalizadas ou ainda o de abertura de vagas para respostas inovadoras para os desafios que enfrentamos com a terceira idade, rematando a sua intervenção com um “conto muito convosco”.

Finda a sessão institucional, o calor solidário da Chama gerou festa e animação, no auditório da Câmara Municipal de Portalegre, com a atuação do grupo de dança do Centro de Educação Especial, da Santa Casa da Misericórdia de Bragança, pelo Grupo de Cante Os Lagóias e ainda o conjunto Verde Maio.

E foi, como já referido, durante a atuação d’Os Lagóias que a Festa ficou mais animada, quando a ministra Ana Mendes Godinho se juntou ao grupo para cantar um tema.

Houve ainda um momento final de solidariedade, quando a marcha «Vencer o cancro da mama, Prevenir para viver» integrou a Festa, com a ministra a vestir a camisola rosa, solidarizando-se com o movimento promovido pela Liga Portuguesa de Luta Contra o Cancro.

A XVI Festa e Chama da Solidariedade agitou o distrito de Portalegre, tendo congregado as forças solidárias de todos os 15 concelhos, na sua esmagadora maioria sempre muito participada, tal como no seu epílogo no interior do auditório da autarquia portalegrense.



CHAMA EM VIAGEM

“Juntos vamos confirmar/Que é preciso dar a mão/Pois a força é feita de união/Vamos acender e acesa manter/A Chama da unidade/E da Solidariedade”.

Foi com esta mensagem que a Chama da Solidariedade foi recebida, no dia 9 de outubro, em Sousel, localidade que acolheu o facho solidário no arranque do périplo que, até dia 13, o levará aos 15 concelhos do distrito de Portalegre.

Assim, arrancou mais uma edição da Festa da Solidariedade com o início da viagem da flama solidária das IPSS pelo distrito de Portalegre. Constituído por 15 concelhos e sendo um dos maiores distritos de Portugal, Portalegre é o distrito que mais população perdeu, segundo o Censos de 2021, registando uma quebra de 15% desde 2011.

No entanto, com uma presença muito forte de IPSS, a coesão social vai sendo assegurada apesar de ser um território vasto, pouco populoso e, especialmente, muito envelhecido. E sendo o grande propósito da Chama da Solidariedade dar visibilidade ao bom trabalho que as instituições fazem no terreno, a viagem pelo distrito de Portalegre é mais do que oportuna e importante.



Em Sousel, o edil Manuel Valério lembrou que “as IPSS passam dificuldades e deviam ser autossustentáveis”.

Por seu turno, João Carlos Laranjo, presidente da UDIPSS Portalegre, sublinhou a intenção da União é “dignificar o trabalho feito pelas instituições do distrito”, daí ter-se disponibilizado para acolher o evento, lançando um desafio, que repetiu ao longo de toda a viagem da Chama, às muitas crianças, idosos e jovens que marcaram presença junto ao pavilhão municipal de Sousel, para que nas instituições refletissem sobre o conceito da Solidariedade.

Após um momento de animação musical e alguns momentos de dança, a flama solidária rumou até Avis.

Desbravados vários quilómetros de estrada laçados por olival e um calor intensíssimo, o facho da solidariedade “iluminou” o largo fronteiro aos paços do concelho, onde um grupo da Santa Casa da Misericórdia de Avis já animava as hostes com os seus cantares tradicionais.

“Juntar a comunidade em torno do conceito da solidariedade é importante e este evento tem um forte e particular simbolismo pelo que as IPSS representam e pela visibilidade que lhes dá”, afirmou Nuno Silva, presidente da Câmara Municipal de Avis, antes de mais um momento musical, perante o olhar (e ouvido) atento das crianças de Avis ali presentes.



Seguiu-se mais uma viagem, de cerca de meia hora, até Ponte de Sor. Ali, a festa durava desde o início da tarde, com a presença de muitos utentes de valências da infância à terceira idade, não esquecendo aquelas pessoas especiais que tanto colorido conseguem emprestar às vidas dos que não são... tão especiais.

“Temos que mostrar o bem que se faz nas nossas instituições”, começou por dizer Eleutério Alves, vice-presidente da CNIS e grande impulsor da Festa e Chama da Solidariedade, perante uma plateia lotada e entusiástica, rematando: “Para que se perceba qual é o trabalho que as instituições fazem em prol das populações”.

Hugo Hilário, edil de Ponte de Sor, corroborou a ideia do «vice» da CNIS, sustentando que o Município se sente “reconhecido pela excelência dos equipamentos sociais do concelho, mas principalmente pelo desempenho das nossas instituições”, deixando um desafio: “Vamos aproveitar estes momentos para nos sentirmos mais felizes”.

DE FRONTEIRA A MONFORTE

E ao segundo dia da viagem da Chama da Solidariedade pelo distrito de Portalegre a sensação de quem acompanha o périplo é de que o espírito solidário está forte e bem presente entre as gentes do Alto Alentejo, apesar de todas as dificuldades que um território despovoado, empobrecido e longe dos grandes centros, e em especial do litoral, sente diariamente e de forma intensa.

A segunda etapa do périplo da Chama da Solidariedade pelo distrito de Portalegre terminou em Monforte, tendo o dia começado em Fronteira e, entretanto, passado por Alter do Chão.

“Obrigado por cuidarem dos nossos avós ou bisavós. Seremos eternamente gratos a todos e espero que tenham tido um dia ótimo”. “Estamos aqui para agradecer a todas as instituições o bem que recebemos, fruto do vosso trabalho, e retribuir um pouco do bem que nos fazem”. “Obrigado a todos



os que cuidam dos idosos e das pessoas portadoras de deficiência. O vosso trabalho é muito importante. Acreditamos que não é fácil desenvolver as vossas tarefas diárias e, por isso, obrigado”.

Estas foram algumas das mensagens que um grupo de petizes alunos do Agrupamento de Escolas de Monforte João Maria Carriço dedicou às IPSS do concelho na recepção à Chama da Solidariedade no concelho. Perante uma plateia repleta de utentes das instituições do concelho, mas também de muitos anónimos populares, Monforte foi a capital da solidariedade no fecho do segundo dia da volta solidária da flama da solidariedade por terras do Alto Alentejo.

Antes, a Chama esteve em Fronteira onde as duas instituições do concelho se fizeram representar de forma numerosa e, igualmente, muito entusiástica.



Depois, em Alter do Chão, o momento foi de reconhecimento, com o edil Francisco Miranda, e que durante 16 anos foi provedor da Santa Casa da Misericórdia local, a deixar rasgados elogios à liderança da CNIS.

“O padre Lino Maia é uma personalidade fundamental dos séculos XX e XXI no nosso país, com um trabalho de excelência em prol das IPSS. Quando ele defende as IPSS, não está a fazer mais do que a defender as pessoas que mais precisam e que as instituições apoiam”, afirmou Francisco Miranda, que acrescentou ainda: “Ao longo dos



anos as dificuldades das instituições têm aumentado, com as exigências do Estado, que, no entanto, não paga devidamente a excelência do trabalho destas casas”.

DE ELVAS A ARRONCHES





A terceira etapa levou a Chama da Solidariedade a Elvas, Campo Maior e Arronches, em mais uma jornada de grande participação das IPSS de cada concelho a que as populações locais têm aderido de forma entusiástica.

Ainda de manhã, a flama solidária chegou a Elvas, onde foi recebida de forma acolhedora por muitos utentes das diversas instituições concelhias, com especial destaque para os representantes da APPACDM, que proporcionaram um excelente momento musical a todos os que se reuniram em torno da Chama da Solidariedade, na Praça da República.

Anabela Cartas, vice-presidente da autarquia de Elvas, foi a anfitriã, em representação do presidente José Rondão Almeida, e lembrou que “ser solidário é dar uma palavra, ter um gesto, dar um abraço a quem deles precisa, não é apenas dar dinheiro”.

Dali a Chama seguiu para Campo Maior, vila marcada pela figura do empresário Rui Nabeiro, falecido em 2023. Junto da estátua que, no centro da localidade, perpetua o legado do comendador no território decorreu a cerimónia que serviu igualmente para homenagear o «Senhor Delta».

O seu legado social levou a CNIS e a UDIPSS



Portalegre a homenagear o empresário, colocando uma coroa de flores junto à estátua em Campo Maior, numa cerimónia que contou com a participação do filho João Manuel Nabeiro, do edil Rui Rosinha, de muitos dirigentes de instituições locais e de várias crianças e idosos utentes das respostas sociais das IPSS locais.

Esse legado ficou inscrito na passagem da Chama por Degolados, uma localidade às portas de Campo Maior, o Centro de Dia e Lar Nossa Senhora da Graça, instituição de que Rui Nabeiro foi fundador e sócio honorário.

Seguindo para Arronches, última paragem da terceira jornada, a receção ao símbolo do espírito solidário das IPSS portuguesas foi, talvez, a mais entusiástica até ao momento. Com a GNR a abrir caminho, transportada pelos Bombeiros Voluntários de Arronches e escoltada por um numeroso grupo de motards muito peculiar, a Chama da Solidariedade foi recebida em frente à Câmara Municipal de Arronches por muitos representantes de todas as cinco IPSS do concelho, mas também muitos populares que se juntaram à festa, que foi animada, não só pela Fanfarrinha dos Bombeiros, que depois escoltou a partida da flama solidária, mas também pelo Grupo de Pedrinhas de Arronches.

DE GAVIÃO AO CRATO

O périplo da Chama prosseguiu, no dia seguinte, pelos concelhos de Gavião, Nisa e Crato, sendo, uma vez mais, acolhida com grande carinho.

Recuperando uma prática muito usual em ou-



tras voltas da flama solidário por outros distritos, o início da quarta etapa da Chama da Solidariedade fez-se com o facho solidário escoltado pela GNR, transportada pelos bombeiros e acompanhada, a pé, por um grupo de dirigentes, trabalhadores e utentes das IPSS locais e alguns anónimos populares a percorrer o centro da vila de Gavião.



“A passagem da Chama por Gavião serve para nos lembrar que é pelo trabalho das IPSS que os cidadãos e as famílias conseguem ganhar melhor vida”, afirmou Graciosa Chambel, vereadora da Câmara Municipal de Gavião, com o pelouro da Ação Social, que agradeceu às IPSS concelhias pelo “extraordinário trabalho” que desenvolvem, “à CNIS pelo trabalho feito pela coesão social” e “à UDIPSS Portalegre por nos permitir participar num evento desta dimensão e pelo apoio que presta às nossas instituições”.



Nisa foi o concelho que se seguiu, com a Chama a visitar algumas das instituições da vila e a ser recebida por um auditório da biblioteca municipal lotado.

José Serra, vice-presidente da autarquia de Nisa, recordou que “são as pessoas das IPSS que substituem as famílias e cuidam de quem já cuidou de nós”.

Ainda a norte de Portalegre, no Crato a receção foi mais comedida, mais ainda assim com as IPSS locais representadas por utentes, trabalhadores e dirigentes.

MARVÃO E CASTELO DE VIDE

“Pelo trabalho que as IPSS desenvolvem, esperamos que a Chama da Solidariedade seja bem vista daqui do alto do Marvão”, referiu Luís Costa,

vice-presidente da Câmara Municipal de Marvão, na receção à flama solidária no arranque do quinto e derradeiro dia do périplo pelo distrito de Portalegre.

“Sabemos que é um trabalho difícil para as Direções das IPSS, principalmente para fazer face às despesas que estas casas têm, e o Município está atento e apoia”, afirmou Luís Costa.

Antes, João Carlos Laranjo, presidente da UDIPSS Portalegre, lembrou que a viagem da Chama da Solidariedade serve para dar visibilidade



de à missão e espírito solidário das IPSS, pelo que “as comunidades deviam reconhecer mais o trabalho que fazem, muitas vezes, em prol dos nossos familiares”.

Sob o olhar atento de muitos turistas de visita à bela vila de Marvão, o grupo Vozes da Aldeia e a Tuna Sénior animaram todos os presentes, num momento que encerrou com um pequeno lanche em frente à Câmara Municipal, não sem antes as crianças do Pré-escolar e os idosos terem protagonizado um instante de efusiva e animada dança.

De Marvão, o facho solidário seguiu viagem até Castelo de Vide, onde a ameaça de chuva, que acabou por não se concretizar, ter levado à alteração do local da cerimónia de chegada da Chama.

Depois de percorrer as ruas do centro de



Castelo de Vide, a Chama rumou ao quartel dos Bombeiros, onde foi recebida por um grupo de utentes de algumas IPSS locais.

Antes da atuação da Tuna da Universidade Sénior e de um grupo de utentes da ERPI da Fundação Nossa Senhora da Esperança, Helena Esteves, vereador da autarquia de Castelo de Vide, agradeceu a passagem da Chama pelo concelho e sublinhou: “Estamos juntos com as IPSS e só assim faz sentido”.

“Vocês merecem e nós temos a obrigação”, sustentou João Carlos Laranjo, dirigindo-se aos mais idosos, e deixou um desafio aos dirigentes e autarcas: “Vamos arregaçar as mangas, vamos falar uns com os outros e vamos trabalhar em conjunto”.

Castelo de Vide foi a penúltima paragem da Chama no périplo pelos 15 concelhos do distrito portalegrense, de onde seguiu para Portalegre a fim de iluminar a XVI Festa da Solidariedade.

Para o ano há mais... num distrito perto de si!

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

FAPPC - FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES PORTUGUESAS DE PARALISIA CEREBRAL

Faleceu Maria Graça Andrada, “mãe da paralisia cerebral em Portugal”

Faleceu, a 28 de outubro, Maria da Graça Andrada, referência nacional e internacional no que concerne à paralisia cerebral. Pioneira na abordagem ao tema, foi das primeiras vozes que, em Portugal, trouxe à discussão a necessidade de alteração de paradigmas em relação aos apoios e à intervenção junto das pessoas com paralisia cerebral, seus familiares e cuidadores.

Por inúmeras razões era carinhosamente apelidada como a “mãe da paralisia cerebral em Portugal”.

Começou a dedicar-se (em termos académicos e profissionais) à paralisia cerebral nos anos 1960 do século passado. Até 2002, altura em que se reformou, teve uma relevante intervenção a nível de estudos académicos, de apoio às pessoas com paralisia cerebral e, fundamentalmente,



naqueles que foram os primeiros passos da, então, Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral (agora Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral). Depois da estrutura nacional, Maria da Graça Andrada contribuiu de forma

muito ativa e presente na criação de vários núcleos espalhados por todo o país.

Mesmo após 2002, Maria da Graça Andrada foi pessoa (e voz) sempre presente nos assuntos mais relevantes para a paralisia cerebral. Continuou a integrar vários organismos e, já como voluntária, não deixou de contribuir com os seus conhecimentos e dedicação como consultora e investigadora.

Recebeu vários prémios e distinções honoríficas. Mas, em conversas informais, destacava que as principais distinções foram as amizades estabelecidas e o reconhecimento pelo contributo que deixou.

A Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral salientou, em publicação no seu sítio e nas redes sociais, que Maria da Graça Andrada “deixa um legado (humano e académico) que dificilmente será esquecido”.

AS DEMAIS 18 ASSOCIADAS DA FAPPC TAMBÉM ASSINALARAM A DATA

Madeira foi o centro das comemorações do Dia Nacional da Paralisia Cerebral

A Região Autónoma da Madeira foi o centro das comemorações do Dia Nacional da Paralisia Cerebral, assinalado no passado dia 20 de outubro, uma iniciativa dinamizada em conjunto pela Associação de Paralisia Cerebral da Madeira (APCM) e pela Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral (FAPPC).

Para além das cerimónias oficiais, que decorreram no Funchal, nos dias 19 e 20, as 18 associadas da FAPPC, localmente e por todo o país, também promoveram iniciativas específicas para assinalar a data.

Na Madeira houve um conjunto de atividades de formação/informação e de divulgação cultural, debatendo sempre a questão central da paralisia cerebral, que, a nível nacional, envolverá um universo populacional superior a 20 mil pessoas.

As jornadas «Ir Mais Além» tiveram lugar no Salão Nobre da Assembleia Legislativa Regional (no âmbito do projeto «Parlamento com Causas»), dividindo-se em quatro painéis que se debruçaram sobre: «Responsabilidade Social e o Papel do

Mecenato nas Organizações»; «Acessibilidades: Ir Mais Além»; «Família: Impacto e Reação»; e o «Papel da Arte na Deficiência».

O Presidente da República às comemorações através de uma mensagem vídeo gravada especialmente para a sessão de abertura das Jornadas.

Marcelo Rebelo de Sousa elogiou a coragem em se levar as comemorações nacionais até à Madeira, algo “que mostra o âmbito nacional da Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral.”

“É preciso não deixar cair o tema, que é cada vez mais urgente, porque há mais quem sofra e mais quem precise de cuidado. E, por outro lado, há mais famílias que necessitam de ser compreendidas. E há mais imperativos, morais e éticos, na realização desse objetivo”, alertou o Presidente da República, acrescentando que “a condição de viver com paralisia cerebral não deve, nem pode, ser um fator limitativo e determinante, sendo que “todos têm direito a condições que permitam uma vida autónoma, o trabalho e a realização das suas

ambições pessoais, profissionais e familiares”. Estas ideias foram, igualmente, defendidas por Rui Coimbra, presidente da FAPPC.

“Há ainda muito por desmistificar em relação à paralisia cerebral. Não somos incapazes, não somos frágeis, não somos os pobrezinhos que almejam uma esmola da sociedade... Mas, também, não somos os que se superam, não somos os super-heróis que tudo atingem, não somos os fantásticos que conseguem os impossíveis...”, disse o líder da FAPPC.

Em termos das ainda existentes diferenças entre políticas e legislação do continente e das regiões autónomas, Rui Coimbra apontou para a necessidade de encurtar “as enormes assimetrias entre algumas leis nacionais/continentais em comparação com as leis regionais”, desafiando as entidades e organismos responsáveis a unificarem políticas, “para que se junte, por exemplo, aquilo que são as boas práticas do continente com as boas práticas, e legislações, das regiões autónomas”.

FUNDAÇÃO CEBI, ALVERCA

Encontro «Economia Social e Solidária - Futuro e Inovação» é já dia 23 de novembro

Integrado nas comemorações do seu 55º aniversário de atividade continuada no âmbito do desenvolvimento comunitário, a Fundação CEBI está a promover o Encontro «Economia Social e Solidária - Futuro e Inovação», que se realizará a 23 de novembro, na sua sede, em Alverca do Ribatejo.

Através de uma reflexão conjunta, o Encontro visa promover reflexão e debate sobre a possibilidade de sucesso e de promoção na inovação social das organizações, aumentando a consciencialização sobre o potencial das mesmas ao nível do desenvolvimento, da promoção da equidade,

do reforço da coesão social e dos comportamentos solidários.

O programa, para além de outros momentos, integra dois painéis temáticos: «Economia Social e Solidária», com a participação de Tiago Abalroado, presidente da Fundação UNITATE, que versará sobre «Inovação, Tecnologia e Diversidade - implicações no desenvolvimento das Organizações Sociais», e Carlos Azevedo, Strategic Advisor - IES - Social Business School, que abordará o «Desenvolvimento e Inovação Social: abordagens para o crescimento sustentável no Terceiro

Sector»; e «Desenvolvimento Social e Sustentável», com Patrícia Rocha, diretora-executiva da Fundação Manuel Violante, que falará sobre «Governança colaborativa e Políticas Sociais: conciliação e responsabilidade nas organizações», António Fonseca, da Universidade Católica, tratando a temática «Longevidade: que desafios?», e Paulo Pires do Vale, Comissário do Plano Nacional das Artes, cuja intervenção será sobre «Educação e Cultura».

As inscrições são gratuitas, mas limitadas à capacidade da sala.

UNIÃO DISTRITAL DAS IPSS DE BRAGA

Padre José Antunes é o novo presidente da Direção para o quadriénio 2023-2037

A União Distrital das IPSS de Braga foi a votos, tendo do ato eleitoral saído a eleição para presidente da Direção do padre José Antunes.

Apenas a lista liderada pelo novo presidente se submeteu à escolha das associadas, uma lista de continuidade e proposta pela Direção cessante.

Recorde-se que, em junho deste ano, e após nomeação de D. Roberto Rosmarinho Mariz para Bispo Auxiliar do Porto, Jorge Pereira havia sido cooptado para liderar os destinos da UDIUPSS até ao ato eleitoral que foi antecipado para outubro.

“É uma enorme responsabilidade assumir este lugar e tenho como objetivo central honrar quem em mim confiou. Trabalharemos com

competência, dedicação e afincos, adjetivos que têm, até agora, caracterizado as presidências anteriores. O programa de candidatura aos órgãos sociais da UDIPSS é exigente, mas queremos

claramente cumpri-lo. Vamos continuar a apostar na formação e capacitação, a estimular a inovação social, a promover novas oportunidades de financiamento, protegendo e defendendo o Sector Social Solidário e os seus dirigentes”, afirmou o padre José Antunes após serem conhecidos os resultados.

Os novos órgãos sociais da UDIPSS Braga tomaram posse no passado dia 21 de outubro.

Mesa da Assembleia Geral: Presidente - Joaquim Monteiro da Mota e Silva (Associação de Solidariedade Social de Basto); 1ª Secretária - Maria Goreti da Costa Machado (Associação de Solidariedade Social de S. Tiago de Fraião); 2º Secretário - Manuel Joaquim Carvalho Fernandes (Centro Social Paroquial de Ribeirão); Suplentes - Albino José da Silva Carneiro (Centro Social das Paróquias de São Pedro de Serzedelo e São Gens de Calvos), Maria Lucinda Macedo Vilaverde (Associação da Creche de Braga) e Luís Manuel da Silva Carvalho (Casa do Povo de Vale do Cávado).

Direção: Presidente - José António Fernandes Antunes (Patronato de São Sebastião); Vice-presidente - Carlos Jorge Martins Pereira (Centro Social do Vale do Homem); Tesoureiro - Luís Carlos Lopes da Fonseca (Centro Paroquial de Fraternidade Cristã e de Solidariedade Social de São Lázaro); Secretário - Carlos Jorge Capitão de Abreu (ASCRA - Associação Social Cultural e Recreativa de Apúlia); Vogal - Carla Sofia Ribeiro Faria (Associação de Moradores das Lameiras); Suplentes - Sónia Fernandes da Silva (Associação Cultural e Recreativa de Travassós), Miguel Luiz Fernandes Mendes (Centro Social Paroquial de Santa Eulália), Teresa Vieira de Castro Pereira (Centro Social

de Cabeceiras de Basto), Berta Magalhães Pereira da Costa (Associação de Pais e Amigos de Crianças) e Fernando Lameira Antunes (Centro de Solidariedade Social de Valdozende).

Conselho Fiscal: Presidente - Rui Manuel Matos Araújo Maia (Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Famalicão); Nuno Duarte Pereira Campos (Centro Social da Paróquia de Vieira do Minho); Vogal - Manuel Augusto Martins de Araújo (Engenho - Associação de Desenvolvimento Local do Vale do Este); Suplentes - Custódio Macedo de Lima (Colégio de São Caetano), Pedro Miguel dos Santos Ribeiro (AIREV - Associação Para Integração e Reabilitação Social de Crianças e Jovens Deficientes de Vizela) e Albano Martins de Sousa (Associação de Pais e Amigos da Freguesia de Cunha).



CONVOCATÓRIA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Nos termos da alínea d), do Artigo 27º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), a reunir em Sessão Ordinária, em Fátima, no Hotel Cinquentenário, no próximo dia 25 de Novembro, pelas 9h45, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 - Apreciação do orçamento e programa de ação para 2024;
- 2 - Apreciação do relatório emitido pelo Conselho Fiscal sobre o programa de acção e orçamento para 2024;
- 3 - Votação do orçamento e programa de ação para 2024;
- 4 - Outros assuntos.

Se à hora atrás referida não estiver a maioria das associadas, a Assembleia Geral terá início quinze minutos depois, pelas 10h00 (dez horas), em segunda convocatória, com qualquer número de presenças, conforme o ponto 3, do Artigo 31º.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

(Dr. José Carlos Borges Batalha)

Porto, 08 de novembro de 2023

“CENSOS SÊNIOR” DA GNR

Mais de 44 mil idosos em situação de fragilidade social

Mais de 44.100 idosos que vivem sozinhos e/ou isolados, ou ainda em situação de vulnerabilidade, foram sinalizados pela GNR na Operação “Censos Sênior 2023”, que decorreu em outubro.

A GNR explica que esta operação visou garantir ações de patrulhamento e sensibilização à população mais idosa que vive sozinha e/ou isolada, alertando-a para a necessidade de adotar comportamentos de segurança, reduzindo o risco de se tornar vítima de crimes, sobretudo violência, burla e furto.

Os distritos de Guarda (5.477), Vila Real (5.360), Viseu (3.528), Faro (3.513), Bragança (3.347) e Beja (3.230) foram os distritos nos quais mais idosos foram sinalizados, refere a GNR em comunicado.

Durante a operação, os militares realizaram uma série de ações que privilegiaram o contacto pessoal com as pessoas idosas em situação vulnerável.

No total, foram sinalizados 44.114 idosos que vivem sozinhos e/ou isolados, ou em situação de vulnerabilidade, por causa da sua condição física, psicológica, ou outra que possa colocar em causa a sua segurança, explica a GNR.



No total, durante a Operação “Censos Sênior 2023” a GNR realizou 304 ações em sala e 2.651 porta a porta, abrangendo um total de 24.978 idosos.

No ano passado, a operação tinha permitido sinalizar 44.511 idosos que viviam sozinhos ou isolados.

Desde 2011, ano em que foi realizada a primeira edição da Operação “Censos Sênior”, a GNR tem vindo a atualizar a sinalização geográfica, proporcionando “um apoio mais próximo” à população idosa, o que contribui para “criar um clima de maior confiança e empatia entre os idosos e os militares da GNR”, servindo a iniciativa para também aumentar o sentimento de segurança.

ABUSOS SEXUAIS DE MENORES

As autoridades policiais registaram em 2022 um total de 964 crimes de abuso sexual de menores, número que supera os 828 contabilizados em 2021 e os 843 assinalados em 2020, indicam Estatísticas da Justiça.

Quanto aos processos-crime concluídos em julgamento desta natureza, as estatísticas indicam 340 em 2022, número que é inferior ao de 2021 (352), mas superior ao de 2020 (292).

Dos condenados, 24% tinham entre 50 e 64 anos, 22% entre 40 e 49 anos, 10% idade igual ou mais de 65 anos, 11% entre 21 e 29 anos, 7% de 16 a 17 anos e 6% entre 18 e 20 anos.

Relativamente ao número de arguidos por crimes de abuso sexual de menores, as estatísticas referem 360 em 2022, 399 em 2021 e 313 em 2021.

Já em relação aos condenados, em 2002 esse número foi de 257, inferior a 2021 (296) e ligeiramente superior a 2021 (254).

Nesta área, as estatísticas apontam ainda 493 recursos enviados para os tribunais judiciais superiores.

innovatiOntrail

F3M·feel the difference/2023






ÉVORA

8 NOV

GUARDA

29 NOV

PORTO

13 DEZ

INSCREVA-SE EM

www.f3m.pt

INSTITUIÇÕES MAIS EFICIENTES

E PRÓXIMAS DOS UTENTES.

SOLUÇÕES
TECNOLÓGICAS

ESPECÍFICAS PARA
O SETOR SOCIAL E
UNIDADES DE SAÚDE

NESTE FINAL
DE ANO VÁ
ÀS COMPRAS

Por (-) dinheiro leve o carrinho cheio

DESCONTOS

EM SERVIÇOS,
LICENCIAMENTOS,

OFERTAS

DE AUDITÓRIAS,
MENSALIDADES,
EQUIPAMENTOS,



CIBERSEGURANÇA



DIGITALIZAÇÃO



DESMATERIALIZAÇÃO



INOVAÇÃO





INTERNAMENTOS SOCIAIS

CNIS denuncia falta de articulação entre Ministérios da Saúde e Solidariedade

A Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) denunciou a falta de articulação entre os Ministérios da Saúde e da Solidariedade em matéria de internamentos sociais, defendendo que a coordenação entre serviços de proximidade é fundamental.

A CNIS foi ouvida na Comissão de Saúde, na Assembleia da República, a pedido do Partido Socialista, sobre os indicadores do 7.º Barómetro de Internamentos Sociais, segundo o qual 1.675 camas dos hospitais públicos estavam, em março, ocupadas por pessoas internadas apenas por razões sociais.

Maria João Quintela, da direção da CNIS, disse que esta entidade está “muito preocupada” com as pessoas com alta clínica que são casos sociais e defendeu que o problema não pode apenas centrar-se na ideia de vagas ou camas, mas sim nos cuidados de que estas pessoas precisam e de quem presta esses cuidados.

Apontou que é preciso fazer uma reflexão sobre o que são os internamentos desadequados, os respetivos encargos e a forma como são prestados esses cuidados, que exigem uma sincronização entre as áreas social e da saúde.

“Temos assistido a um divórcio real entre um ministério e outro (...) e estamos neste momento a comer o pão que o diabo amassou e isso traduz-se, não só, numa desumanização da própria saúde e numa iliteracia” porque o Ministério da Saúde “não sabe sequer o que é o setor social e só sabe que serve para despejar camas”, apontou a responsável.

Apontou que no centro da problemática estão pessoas e defendeu que “o país precisa de se entender sobre o valor das populações mais desfavorecidas”, para que a questão não seja apenas um problema de alguns.

Foto: Pedro Vasco Oliveira



“Os serviços de proximidade e a articulação com os cuidados de saúde primários são absolutamente essenciais”, salientou, dando como exemplo o que aconteceu durante a pandemia de covid-19.

Pediu também que o estatuto do cuidador informal seja repensado, criticando que só seja atribuído a quem consiga provar que é pobre e a apenas um cuidador por pessoa cuidada, o que, na opinião da responsável, leva à desresponsabilização dos outros membros da família.

Por outro lado, Filomena Bordalo, também da direção da CNIS, chamou a atenção para a relação de custos e do peso que isso representa para as instituições de solidariedade, tendo por base um estudo da CNIS, relativo a 2020, segundo o qual um idoso numa estrutura residencial (ERPI) custa 1.241,54 euros por mês, valor que aumenta para 1.316,96 euros se

estiver num lar residencial.

Salientou que 65% das despesas destas instituições são com gasto de pessoal, enquanto a comparticipação das famílias corresponde a 29% e as da segurança social a outros 49%, o que garante cerca de 80% do total das despesas.

“Portanto, há aqui 20% que não estão garantidos nos custos com o funcionamento das respostas sociais”, apontou Filomena Bordalo.

Concretamente em relação aos internamentos inapropriados, como lhes chamou, a responsável apontou que muitos não precisam de cuidados médicos especiais, mas de uma solução de habitação, por exemplo, enquanto outros deveriam ser referenciados para a rede nacional de cuidados continuados ou para uma resposta em lar, e criticou que a portaria relativa ao encaminhamento a dar a estes casos deixe de fora as pessoas com doença mental grave.

VIOLÊNCIA FÍSICA | VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA

AS DESCULPAS PARA O QUE LHE FEZ SÃO UMA DATA DELAS.

03 DE JUNHO

09 DE MARÇO

15 DE MAIO

TODOS OS DIAS ERAM DIFERENTES, MAS NUNCA FORAM.

PONHA FIM À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA!

SMS 3060 OU LIGUE 112 OU 800 202 148

Cofinanciado por:

REPÚBLICA PORTUGUESA CIG

PO ISE

CRESC Algarve 2020

PORTUGAL 2020

UNIÃO EUROPEIA

«COMPLEMENTARIDADE ENTRE AS ÁREAS DA SAÚDE E DA AÇÃO SOCIAL NAS RESPOSTAS SOCIAIS DE ACOLHIMENTO»

As “irmãs desavindas” têm de fazer as pazes para se melhorar o cuidado às pessoas

Dezenas de dirigentes, técnicos e outros trabalhadores das IPSS associadas da CNIS participaram no seminário «Complementaridade entre as áreas da Saúde e da Ação Social nas Respostas Sociais de Acolhimento», que decorreu no auditório da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, no passado dia 24 de outubro.

Refletir sobre a prestação de cuidados nas respostas sociais de acolhimento residencial (Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Lar Residencial, Casas de Acolhimento, Centros de Apoio à Vida, Centros de Alojamento Temporário e Residências de Autonomia para a Inclusão, entre outras) era a principal proposta da CNIS para a jornada de trabalho em Coimbra, mas também, entre outras questões, tentar identificar metodologias de articulação entre as IPSS, a Segurança Social e a Saúde de forma a assegurar cuidados individualizados e integrados que respondam às necessidades dos utentes em todos os domínios.

Transversal a, praticamente, todas as intervenções ao longo do dia foi a necessidade de a Saúde estar mais próxima das instituições que têm respostas sociais de acolhimento, porque, cada vez mais e em especial nas respostas à terceira idade, as pessoas mais velhas já chegam às instituições cheias de problemas de saúde, com especial destaque para as demências.

“A idade é um privilégio e deixemos de olhar para os velhos como um problema”, começou por dizer o médico psiquiatra António Leuschner, na conferência «Cuidar em resposta social de acolhimento» que protagonizou, lembrando que “cuidar é dar atenção” e “muito do que as pessoas mais velhas precisam é de atenção”.

De seguida, o psiquiatra, que presidiu ao Conselho Nacional de Saúde Mental, recordou que Portugal é um dos três primeiros países da União Europeia com maior esperança de vida, mas “está também nos três primeiros com pior qualidade de vida após os 65 anos”, sustentando que “a culpa não é das ERPI, a nossa organização da Saúde e Ação Social é que não é suficiente”.

Considerando uma “separação patogénica” da Saúde e da Ação Social em termos ministeriais, o que gerou o que apelidou de “irmãs desavindas”, António Leuschner sublinhou que “a falta de articulação entre as irmãs desavindas leva ao desperdício” e deixou um alerta: “É vital para a melhoria da vida das pessoas mais velhas que a Saúde e a Ação Social trabalhem de forma articulada. Os cuidados às pessoas têm de ser continuados, integrados e articulados entre a Saúde e a Ação Social. Todas as respostas devem ser integradas e deve haver partilha de informação médica sobre as pessoas entre todas as entidades envolvidas. Isto não é só dinheiro, mas organização. Temos que garantir que o sistema sobrevive, articulando o público, o privado e o social, sectores que devem ser complementares e não sobrepostos, como muitas vezes acontece”.

Estava dado o mote sobre o que existe e o que



deve ser feito. E as ideias lançadas pelo médico psiquiatra foram demonstradas pelas representantes das IPSS que, no painel que fechou a manhã do seminário, relataram as diferentes experiências das suas instituições no acolhimento.

Sob o título «Que cuidados? Da prevenção à integração e continuidade de cuidados», Gabriela Nunes, da ADCL – Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais, Paula Aguiar e Marisa Teixeira, da Fundação Nuno Silveira, Sara Sousa, do Centro Social



Vale do Homem, e Célia Pereira, da ASFE – Associação de Socorros da Freguesia da Encarnação, deram conta das boas práticas no acolhimento de crianças e jovens, de pessoas mais velhas e de pessoas com deficiência e, com a moderação de Filomena Bordalo, assessora da CNIS, colocaram também em evidência alguns dos constrangimentos que sentem por falta de resposta da área da Saúde.

E este exercício prosseguiu, da parte da tarde, com a mesa-redonda «A complementaridade de cuidados nas respostas sociais de acolhimento – sucessos, dificuldades e perspetivas», agora já com a presença de alguns dos responsáveis por duas das entidades estatais envolvidas na temática, no caso Fernando Araújo, diretor-executivo do Serviço Nacional da Saúde (SNS), e Catarina Marcelino, vice-presidente do Instituto da Segurança Social (ISS).

Com moderação de Fernanda Rodrigues, assistente social, investigadora e professora universitária, completaram a mesa-redonda Manuel Antunes, da Cáritas Diocesana de Coimbra, João Calão, da ACASO – Associação Cultural e de Apoio Social de Olhão, Maria da Luz Silva, da Associação A Casa do Caminho, Deolinda Miranda, da APPACDM de Portalegre, Mariana Costa, do Centro Social Paroquial N.ª S.ª das Virtudes de Ventosa, que deram conta da(s) realidade(s) das suas instituições e aproveitaram a presença dos representantes do Estado para colocarem questões a debate de grande pertinência para as IPSS, pois são obstáculos que diariamente têm de contornar.

O diretor-executivo do SNS começou por desejar que “esta partilha traga uma nova forma de estar”, sublinhando que “o envelhecimento é o melhor que pode acontecer a todos, mas com saúde e autonomia e de preferência em casa”.

E, logo de seguida, Fernando Araújo recuperou o tema das altas sociais.

“Temos que encontrar soluções para estas pessoas na comunidade e, nesse sentido, temos trabalhado como o Sector Social”, afirmou, lamentando: “Este é um problema que nos aflige, mas estamos a ser ultrapassados pela realidade”.

Já na sessão de abertura, Maria João Quintela, da Direção da CNIS, a propósito da questão das altas sociais, disse: “Não queremos ser um sector que resolve problemas de outro sector. Nós fazemos parte do SNS”.

Por seu turno, a vice-presidente do ISS, depois de afirmar que “o acolhimento são muitas respostas com desafios diferentes” e ter uma palavra para cada uma delas, sustentou que “há um desafio grande de financiamento e de articulação entre as áreas da Ação Social e da Saúde e a relação da Segurança Social com as IPSS tem de ser menos burocrática e mais relacional”.

A este propósito, Catarina Marcelino defendeu que “a Segurança Social tem de ir às instituições não para desconfiar, mas para confiar e ajudar na melhoria dos serviços”, acrescentando: “Temos de apostar mais na humanização e na colaboração e numa perspetiva positiva de resolver problemas e encontrar soluções”.

Já na fase de debate, Manuel Antunes começou por dizer, em jeito de crítica ao que tinha acabado de ouvir: “O que disseram é música para os meus ouvidos!”.

Em jeito de resposta às muitas críticas que se ouviram da plateia, a vice-presidente do ISS



afirmou: “A máquina da Segurança Social é muito grande, são mais de 8.600 funcionários... Assumo a responsabilidade das falhas, mas mudar mentalidades é difícil. No entanto, estamos a colaborar com as instituições para alterar a situação”.

No fundo, é a resiliência daqueles que um dia o padre Lino Maia denominou de “os zelotes da Segurança Social”.

No encerramento do seminário, o padre Lino Maia enfatizou duas ideias lançadas da plateia, em que a CNIS foi recebida o cognome de “Confederação dos Afetos” e em que sobre o seminário foi dito que “não era um muro de lamentações”.

“Podia ser uma oportunidade para lamentações, mas não foi, afirmou o presidente da CNIS, lembrando, de seguida,

que, ao longo do dia, “foram apresentadas experiências muito felizes que podiam ter sido as de outras instituições, porque no universo das IPSS faz-se muita coisa muito boa”, e relevando a ideia que perpassou por toda a jornada de trabalho em Coimbra de que “deve haver mais complementaridade entre a Saúde e a Ação Social”.

“Vamos continuar a abater os muros que ainda vão existindo e estamos disponíveis para criar pontes entre a Saúde e a Ação Social, criando uma maior complementaridade. Nesse sentido, o Sector Social Solidário compromete-se a dar as mãos para a complementaridade e na reorganização de alguns serviços”.

Por seu turno, Horácia Pedrosa, presidente da Mesa Assembleia Geral da UIPSS Coimbra, destacou que o seminário “não foi um muro de lamentações, mas foram aqui constatadas situações que é necessário dar resposta”.

A fechar, Ricardo Mestre, secretário de Estado da Saúde, relevou a importância do tema em discussão, especialmente, “porque estamos num momento de renovação que passa por reforçar a relação com a Ação Social”.

“A sociedade exige uma organização diferente do passado, porque hoje é mais centrada na pessoa e para essa mudança contamos com os



parceiros, em que se inclui a CNIS”, sustentou o governante, revelando os quatro pontos em que assentará a “nova rede de cuidados a criar”: “Mais focada no domicílio; completar as vagas de internamento; aproximar as respostas entre si; e melhorar o funcionamento da rede, que passará por mais financiamento”.

A jornada de trabalho, arrancou com o anfitrião Álvaro Garrido, diretor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, a dar as boas-vindas a todos os presentes, e ainda Gil Tavares, presidente da UIPSS Coimbra, que lembrou “as adversidades que as instituições estão a viver”, aproveitando a ocasião para assinalar a passagem do 20.º aniversário da união distrital que lidera.

PAULO PEDROSO*Membro da Direção do CoLABOR
e Professor no ISCTE*

Medir e diminuir o isolamento. Sobre as comunidades cuidadoras.

Durante o mês de outubro, a GNR voltou à estrada para concretizar o “Censos Sénior”, que realiza desde 2011. Este ano sinalizou mais de 44 mil idosos a viver sozinhos ou isolados, predominantemente nos distritos do interior do país.

O isolamento dos mais velhos é um dos problemas por resolver nas sociedades em que as pessoas que têm vidas longas se multiplicarão e em que o progresso permitirá que essas vidas sejam por cada vez mais tempo saudáveis.

A manutenção do laço social entre as pessoas isoladas e as comunidades em que vivem será progressivamente mais um problema e uma questão para as políticas públicas.

É preciso refletir sobre o cuidado como conceito que vai além da prestação de cuidados de saúde e de apoio às funções vitais. Uma sociedade do cuidado preocupa-se com o bem-estar de todos os seus membros e faz disso uma obrigação assumida pela coletividade.

Os autores do Manifesto do Cuidado¹ [The care collective, The Care Manifesto – the Politics of Interdependence, Londres, Verso, 2020] propõem que olhemos para as “comunidades cuidadoras” de um modo que vá além de ver o cuidado como parte das obrigações recíprocas entre familiares próximos e passe para as regras sociais e para a organização da vida coletiva.

Uma comunidade cuidadora, segundo esta proposta assenta em três princípios. O primeiro é o da entreaajuda. As comunidades de vizinhança e a capacidade de nelas nascerem grupos informais ou organizações formais de entreaajuda são um elemento importante numa sociedade em que todos cuidam de todos. Em Portugal temos na rede das IPSS e das associações locais,

assim como nas autarquias locais, uma infraestrutura adequada à promoção de formas de entreaajuda. Mas muitas destas instituições têm hoje um foco predominante na prestação de serviços e uma visão fragmentada da pessoa a cuidar. Não é demais repetir que o cuidado é holístico e à pessoa. Neste contexto, seria muito positivo que do Estado surgissem incentivos à auto-organização das comunidades para a entreaajuda e às instituições solidárias para atuarem além do espartilho dos serviços e valências em que atuam.

O segundo princípio referido na proposta do Manifesto do Cuidado é o da existência de espaço público que promova a partilha. Espaços verdes agradáveis e seguros, praças acessíveis e acolhedoras, a eliminação de barreiras físicas que confinam as pessoas às suas casas, uma rede de transportes que consiga levar as pessoas em segurança e conforto além dos locais isolados em que vivem, fazem parte da construção de comunidades de entreaajuda. E a organização de atividades de produção e troca, das hortas comunitárias aos mercados informais, de momentos de convívio à partilha de hábitos culturais, também não pode ser negligenciada. Podemos também imaginar modelos de habitação cooperativa. Uma sociedade em que se facilite o contacto entre vizinhos é seguramente uma sociedade cuidadora. A este propósito, a medida de habitação colaborativa apresentada pelo Governo, de que aqui falei em artigo anterior é um passo. Mas importa que seja a promoção do espaço público e não apenas a prestação de serviços numa área coletiva a pessoas isoladas.

O terceiro princípio é o da partilha. A partir

da inspiração da partilha de livros das bibliotecas públicas podemos imaginar e organizar “bibliotecas das coisas”, modos organizados de partilha de objetos e utensílios, diminuindo o desperdício numa ótica de circulação e reutilização. E podemos estender o princípio à partilha de recursos imateriais e ideias, como já se faz nas universidades seniores voluntárias e nas experiências dos bancos de tempo.

Uma sociedade da entreaajuda, do espaço público e da partilha faz parte das utopias realizáveis, podendo ser edificada a partir das bases associativas existentes no país, se fermentada numa cultura de responsabilidade coletiva e participação social. Numa sociedade cuidadora, a prioridade é dada ao reforço do laço social entre membros de uma mesma comunidade, combatendo o isolamento, para além de todos os outros fatores que geram a necessidade de cuidados.

A ação da GNR insere-se meritoriamente neste tipo de preocupação. O policiamento comunitário, conceito que a GNR abraça no “censos sénior”, é uma forma de cooperação entre a polícia e a comunidade. O policiamento comunitário assenta numa ideia de reforço da segurança com medidas preventivas de base participativa e implica o trabalho em rede com a sociedade local. Esta iniciativa da GNR é uma ótima base para o desenvolvimento de uma cultura participativa de promoção de segurança combatendo o isolamento social.

Ou seja, a operação “censos sénior”, que se felicita, é parte da construção das comunidades cuidadoras de que necessitamos, para que o isolamento social seja diminuído e não apenas medido.

¹ *The care collective, The Care Manifesto – the Politics of Interdependence, Londres, Verso, 2020*

HENRIQUE RODRIGUES

Presidente do Centro Social de Ermesinde

A aldeia gaulesa de Asterix

1 - As aventuras de Asterix e do seu companheiro Obelix, relatadas em banda desenhada por Uderzo e Goscinny numa multiplicidade de histórias, têm como cenário de fundo e tema de unidade narrativa a resistência de uma aldeia gaulesa aos invasores da Gália – os exércitos do Império Romano.

Toda a Gália – a França actual – tinha sido invadida e ocupada pelas tropas romanas, numa campanha descrita por Júlio César no seu “Commentarii de Bello Gallico”.

Toda a Gália fora ocupada?

Não! Contam as histórias de Asterix que uma pequena aldeia gaulesa – a sua – resistia sempre ao invasor romano.

Essa aldeia encontrava-se, ao longo das histórias e das aventuras de Asterix e Obelix, permanentemente cercada pelas legiões romanas, nos acampamentos de Babaourum, Aquarium, Laudanum e Petibonum.

Sempre que as legiões romanas tentavam penetrar na aldeia, eram escoraçadas pelos seus habitantes, fortificados por uma poção mágica milagrosa, fabricada por um druida – Panoramix -, poção que dava aos que a tomavam uma força sobre-humana.

(Só Obelix não tomava a poção, porque não precisava: caíra, ainda pequenino, dentro do caldeirão em que a poção era cozinhada e a força sobre-humana era em si permanente.)

Os sitiados não só escoraçavam os atacantes, como os perseguiram até aos seus próprios acampamentos e mesmo para além deles, infligindo pesadas baixas aos invasores.

Durante a infância e adolescência, primeiro na revista Tintim, depois em volumes separados, creio ter lido todas as aventuras de Asterix e lembro-me de sempre me ter colocado do lado do pequeno herói, na sua luta pela preservação da sua terra independente, face às ameaças do poderoso Império Romano.

Trata-se, ao fim e ao cabo, de um afloramento do princípio da vitória do fraco contra o forte, usando o engenho e a inteligência contra a força bruta – e vencendo-a.

Essa é, aliás, uma linha narrativa tradicional – de que constitui exemplo canónico a vitória de David contra Golias.

2 – A posição da aldeia gaulesa, cercada pelos quatro lados por tropas hostis, mas incapazes de a vencer, lembra demasiado a história de

Israel, desde a independência, no pós-guerra, até aos nossos dias, após quatro guerras com os países do Próximo ou Médio Oriente.

Também Israel aparenta ser um irreductível enclave, encurralado por países hostis à sua própria existência, mas que tem conseguido opor-se vitoriosamente às investidas que o pretendem erradicar do mapa das nações.

Quer o Egipto, quer a Jordânia, quer o Líbano, quer a Síria, quer a Palestina, de uma vez ou outra, estiveram ou estão em guerra com Israel.

De uma vez ou doutra, todos os vizinhos de Israel – mesmo os que, entretanto, subscreverem acordos de paz e de reconhecimento de fronteiras, como a Jordânia ou o Egipto – preferiam que Israel não existisse.

Embora não sejam vizinhos, sendo todavia geograficamente próximos, quer o Irão, quer o Líbano, quer outros países árabes, por palavras ou por acção concreta, ameaçam exterminar Israel – o inimigo “sionista”.

Que, todavia, tem resistido ao cerco.

3 – As ameaças à preservação de Israel como país estão nos nossos dias de novo acesas, a partir do ataque do Hamas, no interior do território israelita, a habitantes e turistas na zona da fronteira entre o território palestino e Israel.

Uma das palavras de ordem das manifestações, que, um pouco por todo o mundo, têm ocorrido contra a resposta de Israel ao ataque do Hamas é “Palestina, do rio (Jordão) até ao mar” (Mediterrânico) – o que exclui a possibilidade física de Israel permanecer como país com território.

Trata-se do tema do momento, do ponto de vista da atracção mediática, que fez passar a cobertura da invasão da Ucrânia pela Rússia para um segundo plano.

As posições sobre o conflito são de condenação formal, quer da agressão do Hamas, quer da resposta de Israel – embora com sensibilidades ou grau de convicção distintos.

As altas instâncias, nacionais e internacionais, bem como os comentadores encartados, têm-se dividido nas opiniões sobre a guerra – que já ganhou a designação de Guerra Hamas - Israel -, fundamentalmente em duas posições:

A primeira, de condenação do ataque do Hamas – nem podia ser de outra forma -, que

ocupa a primeira linha de cada comunicado, de cada organização ou personalidade; a que se segue uma extensa lauda condenando em linguagem claramente hostil a resposta de Israel a esse ataque.

Condenam-se as duas posições, certamente; mas os marcadores textuais são claros no sentido de que a condenação do primeiro constitui uma mera formalidade, deixando para o segundo o vaziar dos estados de alma de quem produz tais textos.

A segunda posição, minoritária, é a de realçar o ataque do Hamas como verdadeiro responsável pelo conflito – creio que foi isso que pretendeu dizer o Senhor Presidente da República -, apelando a uma resposta proporcional de Israel, designadamente no que se refere à protecção da população civil, mas reconhecendo o seu direito à auto-defesa.

Poderíamos dizer que a primeira posição, maioritária no universo mediático, coloca o enfoque na reacção israelita; enquanto que a segunda, minoritária, o coloca na atribuição da principal responsabilidade ao Hamas.

As duas posições – que correspondem a duas preferências ou perspectivas -, como referi, ocupam, uma maioritariamente, outra minoritariamente, a atenção dos meios de comunicação social.

Mas, sobre essa Guerra, a rua tem só um dono: o do alinhamento com a causa palestina -, omitindo qualquer referência à responsabilidade do Hamas, qualquer condenação da sua actuação em 7 de Outubro.

Percebe-se assim o carácter de mera formalidade que tem a condenação do Hamas na perspectiva maioritária referida.

Ainda estou para ver se quem vem convocando ou comparecendo nas manifestações condenando a resposta de Israel aparece com cartazes para pressionar o Hamas a libertar os 240 reféns que mantém aprisionados em Gaza.

Ao menos, para testar a boa fé da condenação – como amostra, digamos ...

A captura de reféns é um acto de guerra – e não cessou em 7 de Outubro.

Pelo contrário: é mais duradouro do que a resposta de Israel.

Não se pode “exigir” o cessar-fogo a um, sem exigir a libertação dos reféns ao outro.

Ou há moralidade, ou comem todos!

BANCO ALIMENTAR CONTRA A FOME DO PORTO

Não existiríamos sem as instituições

Bárbara Barros é presidente do Banco Alimentar Contra a Fome do Porto há um ano. Já integrava a direção e, por isso, considera que lhe cabe fazer um trabalho de continuidade. Mas não dispensa as mudanças estruturais que levem a um maior e mais eficaz apoio às cerca de 300 instituições que ajudam a mitigar as dificuldades de cerca de 58 mil pessoas do distrito do Porto. Por isso, está a fazer a radiografia ao processo de recolha e distribuição de alimentos. Bárbara Barros convidou a Universidade Católica para a elaboração de um estudo que envolve os parceiros do Banco Alimentar. Como diz, é uma acreditação não uma fiscalização. Os resultados devem ser conhecidos dentro de dois meses. A presidente acredita que daqui a um ano haverá melhorias substanciais no funcionamento da máquina da solidariedade.

Bárbara Barros tem 51 anos, é licenciada em Ciências Farmacêuticas, encontra-se ligada ao Banco Alimentar desde 2018, com funções na direção e, desde 2010, como voluntária. Desde há um ano é presidente do Banco Alimentar Contra a Fome do Porto

SOLIDARIEDADE - Há quanto tempo é que agarrou o projeto do Banco Alimentar?

BÁRBARA BARROS - Eu sou voluntária talvez desde os 12 anos. No entanto, fui tendo a responsabilidade cada vez mais acrescida dentro do voluntariado em que estava inserida, num grupo paroquial, até que cheguei à direção do Banco Alimentar do Porto, há cinco anos. Participei na direção anterior e embarquei, há um ano, ao leme deste navio maravilhoso.

E neste ano já fez muitas mudanças ou trata-se de uma continuidade?

É uma continuidade numa casa que foi arrumada e que agora tem que ter uma série de melhorias e de alavancagens. Há várias áreas onde estamos a fazer isso: a nível informático e a nível da distribuição dos bens alimentares, por exemplo. Esta direção começou por fazer uma reunião com as 300 instituições que o Banco Alimentar apoia no Porto para explicar as alterações que nós estamos motivados a fazer nestes próximos anos de mandato. Uma das coisas que nós mudámos, em primeiro lugar, foi a distribuição dos bens alimentares. Eram distribuídos de uma maneira muito equitativa e nós achamos que devia ser feita pelo número de elementos do agregado familiar e não igual para todas as famílias. Uma família que tem seis membros e uma outra que tem três não podem receber a mesma quantidade de alimentos. Uma das coisas em que nós estamos muito focados é demonstrar a missão do Banco Alimentar, que não é apenas as duas recolhas em supermercado. A missão é a luta contra o desperdício e através dessa luta, conseguir canalizar os bens que seriam descartados e eliminados, que iriam para o lixo, e torná-los capazes de ser consumidos por famílias que estão neste momento em carência alimentar. É o que estamos a fazer. É lançar esse desafio a toda a nossa comunidade de voluntários. Temos, neste momento, uma equipa



de triagem muito forte. De cada vez que entra, por exemplo, um camião com produtos chamamos essa equipa de voluntários ao Banco Alimentar para retirar os produtos que estão estragados separando-os dos que estão bons. É um combate contra o desperdício.

O Banco Alimentar do Porto tem funcionamento autónomo?

Somos 21, todos autónomos, e convergimos todos numa federação que tem a responsabilidade de nos dar o caminho certo, a mesma missão, os mesmos valores. Nós, quando fazemos uma campanha, fazemo-la em conjunto, a nível nacional. É uma marca cada vez com mais transparência e comunicação. E só assim é que nós vemos que este caminho faça sentido. Depois cada banco funciona isoladamente e de acordo com aquilo que acha melhor. A nível nacional, a nível alimentar, nós estamos neste momento a apoiar 400.000 pessoas. Esta missão da luta contra o desperdício veio trazer uma segunda missão complementar. Tem de haver alimentação para as pessoas que precisam de nós. Com esta angariação extra de produtos bons conseguimos aproveitar mais. Na campanha que nós vamos fazer nos dias um, dois e três de dezembro, em supermercados, haverá também recolha de produtos de outros angariadores e de outros doadores. Temos uma equipa de voluntários especialista em angariar bens alimentares. Uns na luta contra o desperdício e outros nas empresas que são os nossos mecenas, os nossos benfeitores, nossos doadores. É assim que ampliamos o cabaz que damos a cada família por mês. E isso é para nós fundamental.

Considera que o processo de distribuição às instituições pode melhorar?

A nossa área de intervenção aqui no Porto é o distrito, em 17 concelhos. Nós temos estimada a ajuda a cerca de 55.000 pessoas. O número já foi mais alto, já foi mais baixo, agora está a subir outra vez. Estamos a fazer um estudo com a Universidade Católica para perceber como

podemos melhorar. Nós temos uma parceria muito próxima com as instituições que nós apoiamos e essa proximidade garante que a comunicação, a transparência e a crítica construtiva existe. As instituições exigem de nós mais responsabilidade, por exemplo, mais rapidez na distribuição. Então fomos fazer medidas, métricas, e com ajuda informática, neste momento, não há ninguém que se queixe do tempo que fica à espera para vir buscar os alimentos ao Banco Alimentar. Há instituições com algumas dificuldades financeiras, isto está a apertar para toda a gente. Nós tentamos ajudar em várias dimensões. O transporte, por exemplo. Antigamente era feito pelas instituições. O que nós estamos a fazer é transferir para empresas, e temos empresas no ramo farmacêutico, no ramo alimentar, empresas de transporte, empresas de aluguer de automóveis, tudo a trabalhar connosco. Temos conseguido fazer com que haja apoios de quem vem com as instituições buscar os alimentos. Por exemplo, as juntas de freguesia, as autarquias que apoiam a nível logístico, na despesa dos combustíveis. O Banco Alimentar é uma possibilidade de se fazer tudo isto em conjunto com muita gente: são os voluntários, são as instituições, são os beneficiários, são os benfeitores, são os doadores, são as empresas agroalimentares que nos pagam todo o desperdício, que iria para o lixo, e que nós recuperamos e damos a essas pessoas. Não era possível um Banco Alimentar existir sem estas partilhas todas.

A solidariedade dos portugueses continua inesgotável?

Sim, mas vai mudando. Nós vimos na Covid uma solidariedade como uma onda monumental. Depois veio a guerra e houve uma nova onda. Neste momento as pessoas já estão cansadas. Os preços estão mais altos, o nível de vida subiu, não é tão fácil, mas continuamos a ter as empresas a olharem para nós de uma maneira muito credível. As pessoas que nos querem ajudar exigem muito mais de nós do que exigiam há algum tempo. Exigem transparência e exigem que esta cadeia

do donativo que começa neles tem de acabar mesmo na família que precisa. E nós temos que garantir que isso acontece. E só pode ser feito com uma proximidade total com as instituições. Nós não existiríamos sem as instituições sociais. Elas estão de parabéns.

E sem os voluntários também não...

E também há oscilações da disponibilidade. Agora começou o ano letivo. Baixou um bocadinho o número dos voluntários, mas nós continuamos a ter cerca de 300, 340. Toda a distribuição é feita só por voluntários. Nós não vamos despedir ninguém porque assim permite aos funcionários do Banco Alimentar terem outro tipo de atividades que não tinham até então: angariar mais, ir buscar alimentos mais longe, melhorar a nível logístico todo este funcionamento. Eu acho que isto é uma festa, uma magia, uma missão muito bonita que não era possível fazer sem os voluntários. Vamos agora para uma campanha e aí envolvemos mais de seis mil voluntários que se disponibilizaram a estar connosco nas lojas, a fazer os transportes e no armazém a arrumar e a separar os alimentos. É esta a dimensão da solidariedade e está meio escondida.

Ainda assim, considera que é possível melhorar. E daí que estejam a fazer um estudo em parceria com a Universidade Católica. Consiste em quê?

Com este aumento de pedidos de apoio, com este aumento de necessidade de alimentos e pesquisa de novos doadores de alimentos, tínhamos que arranjar uma maneira, com todas as instituições, de que não haja dúvidas: o alimento que é dado por A chega ao beneficiário B. Nós já fazemos um tipo de acompanhamento muito próximo, com visitas às instituições, através de uma equipa de voluntários que é formada pelo Serviço Social. E fazemos a chamada da instituição ao Banco Alimentar para mostrar os processos, fazer com que haja cumplicidade e isso promove melhorias no Banco Alimentar. Mas para nós não era ainda suficiente. Concebemos o projeto que nós chamamos de acreditação das instituições que não se pode confundir com fiscalização. É uma parceria mais coesa, de mais proximidade, a fazer um levantamento socioeconómico, juntamente com toda a avaliação normal que nós já temos da instituição. Isto não é para excluir ninguém, não é para dizer tu estás a trabalhar bem ou mal, é para melhorar. Esta acreditação garante a ampliação do leque de apoio que nos é solicitado.

Estão a aumentar os pedidos?

Eu acho que neste momento o Banco Alimentar do Porto tem mais pedidos do que na altura da Covid-19. Está a aumentar a pobreza envergonhada, pessoas que estão a trabalhar, que recebem um salário mínimo e que, de repente, não conseguem pagar a renda da casa. Nós temos que arranjar espaço para estas pessoas também. Esta parceria com a Universidade Católica vai-nos ajudar a fazer este arranjo analítico no final e melhorar o funcionamento, também das instituições. Foi comunicado o estudo às 300 instituições e não houve qualquer dificuldade nem resistência. Eu acho que elas entendem que quanto mais transparentes nós formos, quanto mais coesa e cooperada for esta



resposta social, mais beneméritos, mais benfeitores, mais doadores vão existir.

Quando é que haverá conclusões deste estudo?

No final deste ano, em princípio. Não podemos pedir às instituições um tempo muito curto de resposta, porque elas também estão apertadas em todos os outros processos logísticos que têm. Portanto, o primeiro passo já foi dado, foi enviado um email para todas. Está toda a gente a responder. Nós vamos acabar as respostas todas. Passaremos depois o resultado à Católica, que juntamente com o Banco Alimentar, irá fazer esta acreditação, este acompanhamento das comunidades. Eu penso que daqui a um ano estaremos a trabalhar de uma maneira muito mais eficaz, muito mais cooperativa e colaborativa também, olhando uns para os outros.

Como é que se mede um resultado positivo no âmbito do trabalho de um banco alimentar?

E eu acho que o trabalho positivo é medido no aumento do cabaz, por exemplo. Nós, antes da Covid, tínhamos um cabaz de 18 quilos. Neste momento, este mês, vai voltar a ser um cabaz de 18 quilos. As empresas perceberam que o desperdício alimentar tem uma solução. Havia empresas com medo de lidarem com os excedentes em termos de comunicação, de influência nas vendas... Nós temos uma abertura diferente para os prazos de validade, temos uma

abertura diferente para aquilo que tem que ser consumido na data ou que pode ser prolongado mais um bocadinho. E por isso este aumento de cabazes e aumento da doação de frescos que são produtos que rapidamente se degradam. Nós não podemos medir lucros aqui. Quando há lucro ele é investido de imediato.

O que mais a fascina? A gestão ou o trabalho social?

Eu sou farmacêutica. O que eu fiz na minha vida toda foi gerir farmácias. Tive sempre a imposição de gestão, mas eu recebi uma educação em casa, através das guias, dos escuteiros, das paróquias, das catequeses que integrou no meu caráter, na minha personalidade, no meu ser, esta coisa de olhar para o lado, de ver os outros felizes, de ajudar os outros. Quando eu entrei, aos 12 anos, no Banco Alimentar, fascinou-me a quantidade de pessoas a ajudar e a serem ajudadas, sem aquele olhar de julgamento. Fascinaram-me as pessoas que, com muito pouco, dão aquilo que conseguem. Agora sou presidente do Banco Alimentar do Porto, sou voluntária e estou aqui para trabalhar. Para mim é uma honra gigante esta responsabilidade. Como é que é possível ver tanta gente nesta área de repente reunida a dar só porque quer dar? Como é que é possível 300 pessoas todos os meses gastarem tempo, gastarem gasolina para virem para aqui trabalhar? Portugal é mesmo um povo solidário.



Servimos bem-estar.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em *outsourcing*.



GESTÃO
INTEGRADA DE
SERVIÇOS



SERVIÇOS
PARTILHADOS



RESTAURAÇÃO
COLETIVA



RESTAURAÇÃO
PÚBLICA E
CATERING DE
EVENTOS



VENDING



REPRESENTAÇÕES
E LOGÍSTICA



PRODUÇÃO
ALIMENTAR



SEGURANÇA
HUMANA E
ELETRÓNICA



LIMPEZA



BENEFÍCIOS E
INCENTIVOS



TRABALHO
TEMPORÁRIO E
OUTSOURCING

 WWW.TRIVALOR.PT

 [LINKEDIN/COMPANY/TRIVALOR-SGPS-SA](https://www.linkedin.com/company/trivalor-sgps-sa)

RUA DA GARAGEM, Nº 10 · 2790-078 CARNAXIDE
TELEF.: 210 420 005 / 210 420 808
FAX.: 210 420 098 / 214 249 488
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONHEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

18 mortes nos primeiros nove meses de 2023

Os primeiros nove meses de 2023 registaram 18 mortes em contexto de violência doméstica, das quais 14 mulheres, três homens e uma criança, segundo os dados da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG).

Face ao período homólogo de 2022 há uma diminuição no número total de vítimas, uma vez que nos primeiros nove meses do ano passado já se contabilizavam 21 mortes associadas a violência doméstica (20 mulheres e uma criança), e fica igualmente abaixo dos totais registados no mesmo período dos anos 2021 (20), 2020 (20) e 2019 (27).

Relativamente às queixas por violência doméstica apresentadas nas autoridades, a CIG indica 23.306 ocorrências comunicadas à PSP e GNR entre janeiro e setembro de 2023, o que traduz um ligeiro aumento em relação às 23.260 queixas nos primeiros nove meses do ano passado, mas

significativamente acima dos totais homólogos observados em 2021 (19.781), 2020 (21.623) e 2019 (22.362).

O número de pessoas sujeitas a medidas de coação por este crime regista também um valor muito superior, com 1.211 em setembro de 2023 -- das quais 936 com vigilância eletrónica e 275 sem vigilância -, enquanto na mesma data do ano anterior eram somente 989 (798 com vigilância eletrónica e 191 sem vigilância).

As pessoas que estavam abrangidas por teleassistência no final de setembro era também o mais alto desde que há registos, com 5.110.

O crescimento é também extensível ao nível dos reclusos por violência doméstica, com 1.322 (998 em prisão efetiva e 324 em prisão preventiva) registados em setembro, enquanto no mesmo mês de 2022 não iam além dos 1.209 (958 em prisão efetiva e 251 em preventiva). O total é mesmo o registo

mais elevado desde o início dos registos disponibilizados.

Em setembro de 2023 estavam ainda 2.616 pessoas integradas em programas para agressores, com a grande maioria (2.401) a decorrer em contexto comunitário e apenas 215 nas prisões. Face à mesma data do ano passado observa-se uma diminuição, pois estavam então 3.055 pessoas nestes programas (2.739 na comunidade e 316 no contexto prisional).

A CIG adiantou também nas suas estatísticas que houve um total de 1478 pessoas acolhidas na Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica no terceiro trimestre deste ano -- 740 mulheres, 717 crianças e 19 homens. Foi ainda registado o transporte de 1672 vítimas (811 mulheres, 755 crianças e 106 homens) de violência doméstica nos primeiros nove meses de 2023, quase tantas como o total de todo o ano passado (1.698).



**SOFTWARE IPSS
ECONOMIA SOCIAL**

**SOLIDÁRIOS CONSIGO
DESDE 1995**

Há 28 anos a prestar serviços na área da informática com largos anos de experiência e centenas de clientes satisfeitos.

+ de 900 clientes

+ de 40 aplicações

28 ANOS DE PROFISSIONALISMO

<div style="display: flex; align-items: center; gap: 5px;"> <div style="background-color: #0070c0; color: white; padding: 2px 5px; font-size: 8px;">PC</div> <div style="font-size: 8px;">PROCESSOS CLÍNICOS UCC</div> </div>	}	<div style="display: flex; align-items: center; gap: 5px;"> <div style="background-color: #0070c0; color: white; padding: 2px 5px; font-size: 8px;">PEM</div> <div style="font-size: 8px;">PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA</div> </div>
<div style="display: flex; align-items: center; gap: 5px;"> <div style="background-color: #0070c0; color: white; padding: 2px 5px; font-size: 8px;">ACC</div> <div style="font-size: 8px;">ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO</div> </div>	}	<div style="display: flex; align-items: center; gap: 5px;"> <div style="background-color: #0070c0; color: white; padding: 2px 5px; font-size: 8px;">QIJ</div> <div style="font-size: 8px;">QUALIDADE INFÂNCIA E JUVENTUDE</div> </div>
<div style="display: flex; align-items: center; gap: 5px;"> <div style="background-color: #0070c0; color: white; padding: 2px 5px; font-size: 8px;">US</div> <div style="font-size: 8px;">UNIDADES DE SAÚDE</div> </div>	}	<div style="display: flex; align-items: center; gap: 5px;"> <div style="background-color: #0070c0; color: white; padding: 2px 5px; font-size: 8px;">QTI</div> <div style="font-size: 8px;">QUALIDADE 3ª IDADE</div> </div>
<div style="border: 1px solid #ccc; padding: 5px; background-color: #c8e6c9; display: inline-block;"> <div style="display: flex; align-items: center; gap: 5px;"> <div style="background-color: #0070c0; color: white; padding: 2px 5px; font-size: 8px;">PI</div> <div style="font-size: 8px;">PLATAFORMA INTEGRADA (WEB)</div> </div> </div>		
<div style="display: flex; align-items: center; gap: 5px;"> <div style="background-color: #0070c0; color: white; padding: 2px 5px; font-size: 8px;">ORC</div> <div style="font-size: 8px;">MÓDULO ORÇAMENTOS</div> </div>	}	<div style="display: flex; align-items: center; gap: 5px;"> <div style="background-color: #0070c0; color: white; padding: 2px 5px; font-size: 8px;">UTC</div> <div style="font-size: 8px;">UTENTES CT</div> </div>
<div style="display: flex; align-items: center; gap: 5px;"> <div style="background-color: #0070c0; color: white; padding: 2px 5px; font-size: 8px;">CNT</div> <div style="font-size: 8px;">CONTABILIDADE ESNL</div> </div>	}	<div style="display: flex; align-items: center; gap: 5px;"> <div style="background-color: #0070c0; color: white; padding: 2px 5px; font-size: 8px;">GI</div> <div style="font-size: 8px;">GESTÃO DE IMÓVEIS</div> </div>
<div style="display: flex; align-items: center; gap: 5px;"> <div style="background-color: #0070c0; color: white; padding: 2px 5px; font-size: 8px;">ORD</div> <div style="font-size: 8px;">ORDENADOS</div> </div>	}	<div style="display: flex; align-items: center; gap: 5px;"> <div style="background-color: #0070c0; color: white; padding: 2px 5px; font-size: 8px;">REN</div> <div style="font-size: 8px;">RENDAS</div> </div>

- Serviço completo e personalizado
- Garantia de satisfação.
- Demonstrações grátis e sem compromisso
- Assistência remota

ENCONTRE-NOS EM

www.tsr.pt

TELEFONE (+351) 253 408 326
Chamada para Rede Fora Nacional

TELEMÓVEL (+351) 939 729 729
Chamada para a Rede Móvel Nacional

EMAIL: tsr@tsr.pt




AMAS DAS CRECHES FAMILIARES

Publicada portaria que apoia contratação pelas IPSS

A portaria que vai permitir desbloquear o processo da contratação das amas foi publicada em Diário da República, no fim de outubro. Estipula o apoio financeiro às instituições particulares de solidariedade social (IPSS) que procedam à contratação das amas das creches familiares.

No documento que tem a assinatura do secretário de Estado do Trabalho, Miguel Fontes, pode ler-se que é “uma medida excecional de apoio à contratação de amas em creche familiar”, através da concessão às entidades empregadoras — IPSS e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, que também tem este serviço — “de apoios financeiros à celebração de contrato de trabalho sem termo com amas que estejam ou tenham estado integradas numa creche familiar nos últimos 12 meses [...], com contratos de prestação de serviços”.

Este apoio financeiro é atribuído sob a forma de apoio directo à contratação e também ao pagamento das contribuições à Segurança Social. No primeiro caso, as entidades empregadoras terão direito a um apoio financeiro “correspondente a 18 vezes o valor do indexante dos apoios sociais”, ou seja, 9180 euros.

A ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social garantiu que os contratos das amas serão convertidos em contratos de trabalho permanente. Ana Mendes Godinho foi ouvida, juntamente com a respetiva equipa ministerial, nas comissões de Orçamento e Finanças e de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, no âmbito da apreciação na generalidade da proposta de



Orçamento do Estado para 2024 (OE2024).

O tema das amas foi levantado pelo deputado do Bloco de Esquerda José Soeiro, que lembrou que a adenda sobre a matéria já tem quase um ano e que em fevereiro as instituições receberam um apoio do Estado para a celebração de contratos com as amas da Segurança Social e as amas familiares, com o correspondente aumento de salário. No entanto, segundo o deputado bloquista, “a maioria das IPSS [Instituições Particulares de Solidariedade Social] continua a não cumprir os seus compromissos e a não pagar”.

Em resposta, a ministra Ana Mendes Godinho disse reiterar o que sempre disse, de que é para

cumprir o que ficou estabelecido na adenda celebrada com o setor social. “O compromisso é para cumprir e está na adenda que celebrámos com o setor social exatamente, por um lado, a conversão dos contratos das amas em contratos de trabalho permanente, a tempo indeterminado, e também a valorização dos salários”, disse a ministra. Acrescentou que, segundo a informação de que dispõe atualmente, “estarão em fase final as negociações entre os sindicatos e os representantes das entidades empregadoras”. “Naturalmente, cá estaremos para fazer cumprir o que não for cumprido voluntariamente”, afirmou.

CUIDADOR INFORMAL

Há 13 mil pessoas com direito a estatuto

A secretária de Estado da Inclusão disse que há atualmente 13 mil cuidadores informais com direito a estatuto e que o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social está concentrado em instituir o descanso do cuidador.

De acordo com Ana Sofia Antunes, o número total de pessoas com direito a estatuto de cuidador informal é de 13 mil, apesar de já terem sido 19 mil, um facto que a secretária de Estado justificou por o “estatuto ser dinâmico”.

“O nosso trabalho neste momento está concentrado em conseguirmos efetivamente pôr cá fora a portaria do descanso do cuidador, que preverá três diferentes tipos de situações, não apenas a possibilidade de descanso”, revelou, não adiantando datas.

A secretária de Estado integrava a equipa do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social que esteve a ser ouvida nas comissões de Orçamento e Finanças e de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, no âmbito da apreciação na generalidade da proposta de Orçamento do Estado para 2024 (OE2024).



De acordo com Ana Sofia Antunes, os cuidadores informais poderão recorrer à Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados “com pagamentos mais acessíveis”, seja na regular ou na destinada à infância, ou optar por deixar a pessoa cuidada numa Estrutura Residencial para Idosos (ERPI).

Adiantou que a portaria tem prevista a criação de bolsas de cuidadores, inicialmente

em formato de projeto-piloto, “que possam substituir os cuidadores informais que estão em determinado momento a exercer a função e que precisam efetivamente de exercer um período de descanso”.

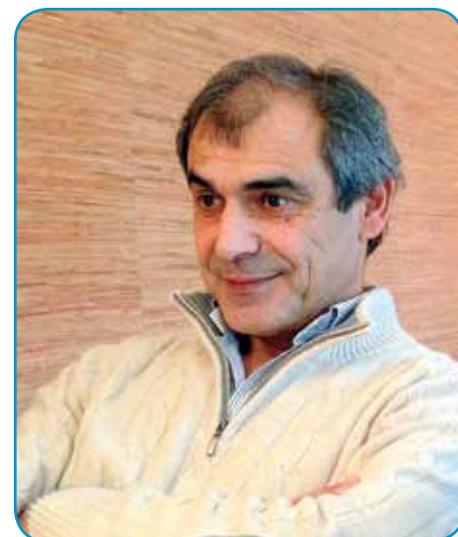
A secretária de Estado aproveitou também para falar sobre a gratuidade das creches, um dos temas que mais questões suscitou durante a audição, para lembrar que em setembro havia 85 mil crianças a frequentar gratuitamente a creche e que estão identificadas 132 mil vagas em todo o país.

Disse que o número de crianças, com idades entre os zero e os três anos, potenciais candidatas a uma vaga em creche é de 215.000 e admitiu, por isso, que é preciso criar mais vagas.

Adiantou que o trabalho que o Governo está a fazer para aumentar o número de vagas passa agora pela construção de novos equipamentos, acrescentando que “neste momento, com recurso aos programas PARES e PRR, estão em construção 11.300 novas vagas”.

“Neste momento, e recorrendo a estes dois programas, temos em obra, a decorrer, 124 creches e concluídas 16”, adiantou.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



Elevar o alvo da inflação não é boa ideia

Muito boa gente começa a tentar convencer-nos de que nos devemos habituar a viver com inflação mais alta.

Boa gente aqui não é ironia. Economistas consagrados como Olivier Blanchard, Mohamed El-Erian ou Vítor Constâncio defendem que o alvo da política monetária deve ser uma inflação mais alta que os canónicos 2%.

Ninguém ignora que elevar o alvo da inflação tem aspetos positivos.

Se os bancos centrais passarem a tolerar uma inflação mais alta, digamos 3% ou mesmo 4%, ganham margem de manobra, nomeadamente quando for necessário combater uma ameaça de recessão.

Com taxas de inflação na casa dos 3% - 4% tenderemos a ter, em tempos “normais”, taxas de juro nominais algures no intervalo entre 4 e 5% o que equivale a taxas de juro reais um pouco acima de 1%.

Se para combater uma recessão for necessário baixar o custo do dinheiro e o ponto de partida for, por exemplo, 4%, há mais espaço para reduzir os juros antes de chegar ao zero ou mesmo, como aconteceu recentemente, a patamares negativos.

A experiência recente mostra que é possível viver com taxas de juro ligeiramente negativas durante algum tempo. Foi assim na zona euro e ainda é assim, nos prazos mais curtos, no Japão. Curiosamente a Reserva Federal americana nunca quis entrar em território negativo, o mais baixo que aceitou experimentar foi o intervalo 0% - 0,25%.

Contudo, estamos a perceber agora como é difícil sair de um regime de taxas de juro muito baixas para um regime de taxas de juro “normais”. O que a experiência contemporânea nos diz é que idealmente não devemos pisar territórios negativos em matéria de juros nominais.

Partir de patamares mais altos reduz o risco de ter de chegar a níveis de taxas de juro nominais demasiado baixas, no limite, negativas para combater as fases baixas do ciclo e, sendo assim, seria recomendável tolerar inflação mais alta que 2%.

Não obstante reconhecer vantagens num regime de inflação mais elevada há que perceber que os riscos da eventual mudança não são de somenos.

Um dos problemas é que a reação dos bancos centrais em relação à inflação é historicamente assimétrica. Os bancos centrais foram historicamente mais complacentes com os excessos inflacionistas do que com as ameaças deflacionistas.

Nos Estados Unidos a taxa de inflação acumulada entre 2000 e 2023 é de 79%, contudo, se o alvo dos 2% tivesse sido cumprido seria de 58%.

Não é difícil perceber porquê. Combater a inflação, subindo taxas de juro, reduzindo a procura e, eventualmente gerando desemprego, é muito menos popular que ajudar a economia em tempos menos faustos, reduzindo taxas de juro e estimulando a procura agregada. Ninguém gosta de dar más notícias!

A experiência recente mostra como esse enviesamento é real. Quando confrontados como o surto inflacionista na meada de 2021, os bancos centrais quiseram convencer-nos de que a coisa era temporária, curava-se por si mesma e que o melhor era fazer nada. Na verdade só se mexeram quando, depois da guerra na Ucrânia, o surto acelerou e ameaçava ficar fora de controlo. Estamos todos agora a pagar com língua de palmo esse erro crasso.

Aumentar o nível de inflação considerada tolerável é, porventura, abrir a porta para uma ainda maior complacência para com os “excessos” da inflação.

Elevar o alvo da inflação incorpora um outro risco significativo.

Alan Greenspan, o lendário presidente da Reserva Federal, dizia que o estado ideal da inflação seria aquele em que as variações esperadas no nível de preços não alteram significativamente as decisões das famílias e das empresas. A boa inflação é a que se ignora, a que não é assunto!

Sabemos que quando os bancos centrais conseguem ancorar as expectativas inflacionistas dos agentes económicos em torno dos 2% o número de pesquisas no google sob a palavra chave inflação é diminuto.

Também sabemos, por observação empírica das décadas que antecederam a crise financeira de 2008/2009 que, quando a inflação estabiliza em torno dos 2% a reação dos agentes económicos é tranquila. A luta dos trabalhadores por melhores salários é moderada e as empresas não correm a aumentar preços.

Em boa verdade não conhecemos a função de reação dos agentes económicos se os bancos centrais colocarem as expectativas da inflação consistentemente na casa dos 3 - 4%.

Em tese podemos pensar que, admitindo que os bancos centrais são suficientemente credíveis e comprometidos com o novo paradigma, este possa ser internalizado pelos agentes económicos sem perturbações de maior.

Não é possível ter certezas nesta matéria. Na verdade, é território desconhecido e é tudo menos garantido que a luta de todos contra todos pela distribuição do “bolo”, que é típica dos processos inflacionários, não ocorra num eventual cenário de maior tolerância para com a inflação. Sabemos bem quem são os perdedores quando essa luta distributiva se desencadeia: os mais frágeis, os que não têm poder reivindicativo, os que não têm voz.

Os grandes bancos centrais completaram exercícios de revisão estratégica da política monetária nos últimos anos, o BCE entre 2020 - 2021 e a Reserva Federal (FED) nos anos 2019 - 2020. Esses exercícios impunham-se em função das novas realidades criadas pela crise financeira e pelas medidas extremas nunca antes experimentadas que foi necessário colocar no terreno para a combater.

Em nenhum dos casos resultou uma recomendação para a elevação do alvo da inflação.

No caso do BCE o alvo passou a ser 2% “tout court” tendo caído a formulação inicial de “idealmente um pouco abaixo”, provavelmente uma exigência original germânica que, na verdade, nunca fez grande sentido.

Talvez a alteração mais relevante nas estratégias da política monetária dos grandes bancos centrais tenha sido a explicitação de um ponto que sempre foi algo contencioso - o carácter simétrico do alvo da inflação.

Quer o BCE quer a FED passaram a reconhecer que é possível tolerar temporariamente inflação acima dos 2% desde que isso aconteça depois de um período em que o andamento dos preços tenha estado por baixo da norma.

Um caso curioso é o banco central do Canadá que reafirmou o alvo dos 2% embora admitindo variações num intervalo de 1 a 3%.

Em suma, mudar a tolerância à inflação pode ser tentador numa altura em que está a ser difícil trazer o indicador para território consistente com a estabilidade dos preços como definida nos estatutos dos bancos centrais. Se a tentação é grande também são grandes os riscos e na minha apreciação os riscos são aqui maiores que os benefícios.

As recentes revisões de estratégia dos bancos centrais parecem-me, no essencial, corretas e fazer uma nova revisão apenas porque enfrentamos um surto inflacionista que está a ser difícil de debelar ficaria sempre sob a suspeita de batota.

Neste particular sou conservador.



**ESPECIALISTAS
EM FORNECIMENTO
ALIMENTAR
E NÃO ALIMENTAR**



30 ✓

Marcas Representadas

19 ✓®

Marcas Próprias

5.800 🚚

Pontos de entrega

4.800.000 🚛

km / ano

120.000 📦

Toneladas /ano
de alimentos de alta
qualidade

175 M €

Em vendas

100% 🇵🇹

Cobertura Nacional
e Ilhas (Madeira e Açores)
e exportação para África,
Ásia, Europa e América

+24.000 🧴

Referências alimentares
e não alimentares

8 🏠

Plataformas Logísticas:
Lisboa, Porto, Viseu,
Covilhã, Algarve, Açores
(São Miguel e Terceira)
e Madeira



LISBOA: 210 420 000
ALGARVE: 282 484 009
PORTO: 220 406 900

COVILHÃ: 275 320 600
VISEU: 232 430 470
MADEIRA: 210 420 000 | 917 175 381

SÃO MIGUEL: 296 960 550
TERCEIRA: 295 513 048
WWW.SOGENAVE.PT



ÂMBITO: VER CERTIFICADOS
Nº 2008/AMB0364
Nº 2019/SST.0521
Nº 2006/CEP2827
Nº 2008/GSA0037

TRIVALOR
trivalor.pt



Mexer o arroz...

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redação:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

NOVA AGÊNCIA PARA A INTEGRAÇÃO, MIGRAÇÕES E ASILO

Cerca de 350 mil processos pendentes de imigrantes 340 mil renovações de vistos para decidir até ao fim do ano

Um total de 347 mil processos pendentes de imigrantes e cerca de 340 mil renovações de vistos a decidir até final do ano são a prioridade da nova Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA), que iniciou funções no fim de outubro.

Em comunicado, o governo refere que os 347 mil processos pendentes herdados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), agora extinto, serão uma “das prioridades iniciais da Agência, em particular nos casos em que estão em causa reagrupamentos familiares”, prometendo “uma operação específica” para lidar com este problema no primeiro trimestre de 2024 e o lançamento, até final do ano, de um “portal digital para pedidos online de concessão e de renovação de autorizações de residência”.

A AIMA “estima montar uma megaoperação de recuperação das pendências no primeiro trimestre do próximo ano, contando para isso com o envolvimento das autarquias e da rede de Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes”, um projeto que contempla a “instalação de um Centro de Contacto AIMA, a instalação de lojas específicas dentro de Lojas do Cidadão, a criação de lojas próprias, ou o alargamento da presença física no território, por via de parcerias com municípios, universidades e outras entidades”.

Segundo o governo, o “reforço da segurança associada à emissão de documentos será uma componente da atuação da AIMA, com a criação de uma equipa de auditoria permanente aos procedimentos internos e de combate e prevenção da fraude”.

Além das pendências - pedidos de regularização de diferentes tipos que ainda não obtiveram resposta -, o governo estima em 340 mil o número de processos de renovações que terão de ser tratados pela agência obrigatoriamente em 2024, “ano em que já não vigora o regime excecional de renovação automática”.

Neste pacote de renovações, contabilizam-se vistos concedidos a cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e aos ucranianos que fogem da guerra.

Com um orçamento de 81 milhões de euros, a nova agência inicia a sua atividade com “34 balcões de atendimento em todo o país e abrirá pelo menos 10 novos balcões no espaço de um ano”, conta com 740 funcionários e prevê 190 novas contratações, “um reforço imprescindível para melhorar a qualidade e celeridade dos serviços oferecidos”.

Este projeto “personifica a separação das funções policiais das administrativas”, refere o comunicado do gabinete da ministra adjunta e dos Assuntos Parlamentares, Ana Catarina Mendes, sublinhando que “será agora possível encetar uma série de novas medidas, funcionalidades e políticas que irão ampliar e melhorar a qualidade do acesso aos serviços” e reforçar “a segurança dos processos e procedimentos e a confiança e a credibilidade dos utentes e da sociedade no sistema”.

O novo portal, a lançar até final do ano, visa “tratar de pedidos de reagrupamento familiar de residentes mais antigos, dispensando o agendamento telefónico” e em 2024 a tutela prevê lançar um “plano estratégico para a

promoção da língua portuguesa”, alargas as funções do portal a “pedidos de concessão e de renovação de autorizações de residência” e a “instalação de um centro nacional multidisciplinar para gerir os processos de proteção internacional e acompanhar os refugiados e os requerentes de asilo desde a entrada do requerimento ou à chegada a Portugal até à integral integração”.

Nos estatutos da AIMA, publicados em Diário da República, o governo refere que “o modelo de governação ora determinado concretiza uma mudança de paradigma na forma como a Administração Pública se relaciona com os cidadãos estrangeiros, seja na sua entrada e permanência em território nacional, seja no seu acolhimento e na sua integração, e, bem assim, ao nível do combate ao racismo e da integração de grupos étnicos, melhorando a qualidade dos serviços públicos, com ganhos de eficiência, e dos recursos a eles afetos, maximizando sinergias e potenciando os seus resultados”.

Também já foi publicado o Decreto-Lei que procedeu à criação da Unidade de Coordenação de Fronteiras e Estrangeiros (UCFE), responsável pela coordenação da atuação das forças e serviços de segurança entre si e entre estes e o Instituto dos Registos e do Notariado e a AIMA, assegurando “a respetiva cooperação e articulação em matéria de circulação de pessoas, de retorno e de controlo de pessoas na fronteira”.

As competências do SEF foram transferidas para sete organismos, passando as policiais para a PSP, GNR e PJ, enquanto as funções em matéria administrativa relacionadas com os cidadãos estrangeiros vão para o Instituto de Registo e Notariado (IRN) e a nova AIMA.

A reestruturação do SEF foi decidida pelo anterior Governo e aprovada na Assembleia da República em novembro de 2021, tendo sido adiada por duas vezes.



Lavandarias Profissionais IPSS



milplus

Parceiro Oficial

Miele

GRUPO LABLAD, LDA.
Rua Fernando Namora, 135
4425-651 MAIA TLM 917571305
info@milplus.pt – www.milplus.pt